

Bruno Ferreira
Rafael Martins Fernandes
Tiago de Fraga Gomes
Orgs

Congresso Internacional Teológico-litúrgico da PUCRS:

Missal Romano, matriz da oração e expressão
da fé: conjugação entre *lex orandi e lex credendi*



Editora Fundação Fênix

A presente publicação é fruto das reflexões em torno do Congresso Internacional Teológico-Litúrgico realizado na PUCRS, em Porto Alegre, de 28 a 30 de agosto de 2023. O evento se realizou no contexto da celebração dos 60 anos da Sacrosanctum Concilium, da Carta Apostólica Desiderio Desideravi e da publicação da 3ª Edição típica do Missal Romano para o Brasil aprovada no mês de abril de 2023 pelo Dicastério do Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos. Por ser o mais importante livro litúrgico da Igreja, foi oportuno realizar um evento para refletir sobre a conjugação entre a Lex Orandi (norma da oração) e a Lex Credendi (norma da fé) expressa no Missal Romano que passa a entrar em vigor em todas as celebrações eucarísticas da Igreja a partir do Primeiro Domingo do Advento de 2023.



Editora Fundação Fênix



Congresso Internacional Teológico-litúrgico da PUCRS

Missal Romano, matriz da oração e expressão da fé:

conjugação entre lex orandi e lex credendi

Comunicados de trabalhos científicos

Série Religião e Teologia

Editor

Tiago de Fraga Gomes

Conselho Científico

Aline Amaro da Silva (PUC-Minas)
Flávio Schmitt (EST)
Francisco de Aquino Júnior (UNICAP)
Jefferson Zeferino (PUC-Campinas)
José Aguiar Nobre (PUC-SP)
Luiz Carlos Susin (PUCRS)
Rafael Martins Fernandes (PUCRS)
Rudolf Eduard von Sinner (PUCPR)
Tiago de Fraga Gomes (PUCRS)
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Conselho Editorial

Abimar Oliveira de Moraes (PUC-Rio)
Afonso Tadeu Murad (FAJE)
Agemir Bavaresco (PUCRS)
Alzirinha Rocha de Souza (PUC-Minas)
Antonio Luiz Catelan Ferreira (PUC-Rio)
Bernhard Grümme (Ruhr-Universität Bochum-Alemanha)
César Augusto Soares da Costa (UCPel)
Clélia Peretti (PUCPR)
Draiton Gonzaga de Souza (PUCRS)
Edison Huttner (PUCRS)
Edla Eggert (PUCRS)

Emil Albert Sobottka (PUCRS)
Enir Cigognini (UCPel)
Evilázio Francisco Borges Teixeira (PUCRS)
Fabrizio Zandonadi Catenassi (PUCPR)
Flávio Augusto Senra Ribeiro (PUC-Minas)
Francilaide de Queiroz Ronsi (PUC-Rio)
Frederico Pieper Pires (UFJF)
Heitor Carlos Santos Utrini (PUC-Rio)
Iuri Andréas Reblin (EST)
Júlio César Adam (EST)
Leandro L. B. Fontana (Philosophisch-Theologische Hochschule Sankt Georgen-
Alemanha)
Lúcia Pedrosa de Pádua (PUC-Rio)
Luciano Marques de Jesus (PUCRS)
Marcelo Bonhemberger (PUCRS)
Marinilson Barbosa da Silva (UFPB)
Moisés Sbardelotto (PUC-Minas)
Nythamar de Oliveira (PUCRS)
Reginaldo Pereira de Moraes (FABAPAR)
Roberto Hofmeister Pich (PUCRS)
Rodrigo Coppe Caldeira (PUC-Minas)
Rogério Luiz Zanini (ITEPA)
Silas Guerreiro (PUC-SP)
Vitor Galdino Feller (FACASC)

**Bruno Ferreira
Rafael Martins Fernandes
Tiago de Fraga Gomes
Organizadores**

Congresso Internacional Teológico-litúrgico da PUCRS:

Missal Romano, matriz da oração e expressão da fé:

conjugação entre lex orandi e lex credendi

Comunicados de trabalhos científicos



Editora Fundação Fênix

Porto Alegre, 2023

Direção editorial: Tiago de Fraga Gomes
Diagramação: Editora Fundação Fênix
Capa: Editora Fundação Fênix

O padrão ortográfico, o sistema de citações, as referências bibliográficas, o conteúdo e a revisão de cada capítulo são de inteira responsabilidade de seu respectivo autor.

Todas as obras publicadas pela Editora Fundação Fênix estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 –
[Http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR](http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

Essa obra foi publicada com Apoio CAPES/PDPG - CONSOLIDAÇÃO 3-4
AUXÍLIO Nº 2124/2022 - PROCESSO Nº 88881.710316/2022-01



Série Religião e Teologia – 28

Catálogo na Fonte

C749 Congresso Internacional Teológico-litúrgico da PUCRS [recurso eletrônico] : missal romano, matriz da oração e expressão da fé : conjugação entre *lex orandi* e *lex credendi* : comunicados de trabalhos científicos / Bruno Ferreira, Rafael Martins Fernandes, Tiago de Fraga Gomes Organizadores. – Porto Alegre : Editora Fundação Fênix, 2023.
92 p. (Série Religião e Teologia ; 28)

Disponível em: <<http://www.fundarfenix.com.br>>

ISBN 978-65-5460-118-4

DO <https://doi.org/10.36592/9786554601184>

1. Teologia. 2. Fé. 3. Liturgia. I. Ferreira, Bruno (org.). II. Fernandes, Rafael Martins (org.). III. Gomes, Tiago de Fraga (org.).

CDD: 230

Responsável pela catalogação: Lidiane Corrêa Souza Morschel CRB10/1721

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
<i>Os Organizadores</i>	
CAPÍTULO I	13
A INSTRUÇÃO GERAL DA TERCEIRA EDIÇÃO DO MISSAL ROMANO À LUZ DA CARTA APOSTÓLICA DO PAPA FRANCISCO DESIDERIO DESIDERAVI: ÊNFASES E PERSPECTIVAS	
<i>Antonio Eduardo Pereira Pontes Oliveira</i>	
CAPÍTULO II	23
A PRESENÇA REAL DE JESUS NA INSTRUÇÃO GERAL DO MISSAL ROMANO	
<i>Élcio Alberton</i>	
CAPÍTULO III	37
VALORIZAÇÃO DA ORAÇÃO EUCARÍSTICA A PARTIR DA TEOLOGIA DO VATICANO II	
<i>Renato Quezini</i>	
Capítulo IV	51
DUALISMO EUCARÍSTICO E JUSTAPOSIÇÃO DE MODELOS	
<i>Bruno Ferreira</i>	
<i>Agemir Bavaresco</i>	
CAPÍTULO V	69
Catequese e Liturgia: desafios e possibilidades no processo da catequese a serviço da Iniciação à Vida Cristã	
<i>Maria Aparecida Barboza</i>	
<i>Tiago de Fraga Gomes</i>	
CAPÍTULO VI	81
A LITURGIA COMO ÁPICE E FONTE DA ESPIRITUALIDADE CRISTÃ EM SUA MODALIDADE LAICAL	
<i>Vitoria Bertaso Andreatta De Carli</i>	

**A IGREJA, IMAGEM DA IGREJA TERRENA PEREGRINA NA TERRA E DA IGREJA
HABITANTE NOS CÉUS**

Raquel Tonini Rosenberg Schneider

APRESENTAÇÃO

Este livro é o resultado de sete pesquisas comunicadas no *Congresso Internacional Teológico-litúrgico*, realizado em Porto Alegre, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), entre os dias 28 e 30 de agosto de 2023. O tema central foi o “Missal Romano, matriz da oração e expressão da fé: conjugação entre *lex orandi* e *lex credendi*”. A motivação, para o estudo deste tema, deveu-se à recente aprovação da tradução da 3ª Edição Típica do Missal Romano para o Brasil, efetuada pelo Dicastério do Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos. Por ser o mais importante livro litúrgico da Igreja, considerou-se oportuno fazer um evento para refletir sobre a teologia contida nesse livro, bem como entender as mudanças contidas na 3ª Edição.

Os capítulos da presente obra são apresentados em forma de ensaios, todos relacionados à teologia da liturgia. Em um primeiro bloco, tem-se os textos mais focados na teologia desenvolvida no Missal. Antônio Eduardo Oliveira apresenta uma releitura da Instrução Geral do Missal Romano, em sua 3ª edição, à luz da Carta Apostólica do Papa Francisco *Desiderio Desideravi*. Élcio Alberton continua a reflexão sobre a Introdução Geral do Missal Romano, analisando, por sua vez, a compreensão da presença real de Cristo nesse documento introdutório. Renato Quezini trata do tema da oração eucarística e de sua renovada compreensão alcançada na teologia do Concílio Vaticano II, no qual o Missal de Paulo VI é fiel expressão.

Em um segundo bloco, apresentam-se textos com temáticas mais diversificadas, mas sempre relacionadas à liturgia. Bruno Ferreira, em coautoria com Agemir Bavaresco, desenvolvem um estudo de teologia fundamental do sacramento da eucaristia, baseado nas ideias do teólogo Zeno Carra. Em seguida, Maria Aparecida Barboza e Tiago de Fraga Gomes indicam alguns desafios e possibilidades contidos na relação entre liturgia e catequese, no âmbito do itinerário catecumenal de Iniciação à Vida Cristã. Vitoria Bertaso Andreatta De Carli prossegue a reflexão, tomando o tema da liturgia como ápice e fonte da espiritualidade cristã em sua modalidade laical. Por fim, Raquel Tonini Rosenberg Schneider apresenta um estudo sobre a teologia presente nos edifícios eclesiais, intitulado como *A igreja, imagem da*

Igreja terrena peregrina na terra e da Igreja habitante nos céus. A leitura destas próximas páginas vai propiciar a você, caro leitor, um maior conhecimento das belas e ricas reflexões realizadas no *Congresso Internacional Teológico-litúrgico*. Boa leitura!

Os organizadores.

CAPÍTULO I¹

A INSTRUÇÃO GERAL DA TERCEIRA EDIÇÃO DO MISSAL ROMANO À LUZ DA CARTA APOSTÓLICA DO PAPA FRANCISCO DESIDERIO DESIDERAVI: ÊNFASES E PERSPECTIVAS

THE GENERAL INSTRUCTION OF THE THIRD EDITION OF THE ROMAN MISSAL IN THE LIGHT OF THE APOSTOLIC LETTER OF POPE FRANCIS DESIDERIO DESIDERAVI: EMPHASIS AND PERSPECTIVES

Antonio Eduardo Pereira Pontes Oliveira²

1. INTRODUÇÃO

Esta comunicação se propõe a reler a Instrução Geral do Missal Romano (IGMR) em sua terceira edição, há pouco aprovada para o Brasil, à luz da Carta Apostólica do Papa Francisco *Desiderio Desideravi* sobre a formação litúrgica do Povo de Deus trazendo à baila ênfases e perspectivas. Parte-se de três intuições fundamentais de *Desiderio Desideravi*: a liturgia como lugar de encontro com o Ressuscitado na comunidade que celebra, o estupor diante da beleza e da verdade da celebração sacramental e a formação litúrgica pela *ars celebrandi*. À luz de cada uma destas reflexões, enfatiza-se alguns elementos da IGMR que merecem especial atenção e se abrem interessantes perspectivas para a formação litúrgica da assembleia celebrante: a diversidade ministerial na Celebração Eucarística e sua compreensão eclesiológica e litúrgica, a beleza e a verdade da celebração expressas nos ritos eucarísticos e no espaço litúrgico e alguns elementos da *ars celebrandi* eucarística.

¹ DOI – <https://doi.org/10.36592/9786554601184-01>

² Especialista em Liturgia pela Faculdade São Basílio Magno (FASBAM) – Curitiba/PR. Bacharel em Teologia pela Faculdade Missioneira do Paraná – FAMIPAR – Cascavel/PR.
E-mail: antonioep91039433@gmail.com.

2. INTUIÇÕES FUNDAMENTAIS DE *DESIDERIO DESIDERAVI*

Há pouco mais de um ano, o Papa Francisco publicou sua Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* sobre a formação litúrgica do povo de Deus. Trata-se de um texto maduro fruto de uma longa caminhada de maturação eclesial e de desenvolvimento de uma teologia litúrgica ao longo de mais de um século. Nos albores do século XX, uma intuição fundamental de Pio X a respeito da centralidade da liturgia para a vida cristã propiciou um frutífero movimento litúrgico que se colocou a questão pastoral e teológica a respeito da celebração cristã. Este percurso reflexivo foi fundamental para a reforma litúrgica empreendida a partir da Constituição *Sacrosanctum Concilium* do Concílio Vaticano II que se funda na natureza da Sagrada Liturgia e na necessária participação ativa, consciente e plena de todos os batizados nas ações litúrgicas (SC, 14).

A Carta Apostólica do Papa Francisco é apresentada nas proximidades do aniversário de sessenta anos da aprovação e publicação da referida constituição conciliar e tem como objetivo trazer à luz reflexões fundamentais que despertem na Igreja uma redescoberta da beleza e da verdade da celebração cristã (DD, 16).

Na sua última noite, como grande testamento espiritual, o Senhor Jesus, reunido com seus apóstolos, manifestou seu profundo desejo de comer com eles aquela Ceia derradeira (cf. Lc 22,15). Não se trata de uma refeição comum, nem da mera repetição de um costume religioso judaico, mas de um gesto memorial que se estenderá pela história como prolongamento do profundo mistério da Encarnação. O desejo profundo do Coração Eucarístico de Jesus é unir seus discípulos a si, é configurá-los ao seu Divino Coração, é uni-los à íntima comunhão trinitária. A perpetuação deste gesto ritual do Senhor com todos os seus desdobramentos litúrgico-sacramentais são expressão deste íntimo desejo do Senhor. Este deve ser, conforme o papa Francisco, o horizonte fundamental da celebração litúrgica na vida da Igreja. Daqui decorre a sua importância capital, única e sublime na Igreja (BOROBIO, 2017, p. 70-71). Daqui decorre sua força salvadora e santificadora.

A Liturgia ocupa o primeiro lugar na existência cristã. De fato, se ser cristão decorre do encontro com uma Pessoa e esta Pessoa é Jesus Cristo, os sacramentos, de modo primacial a Eucaristia, são encontro especialíssimo com Ele. É a celebração

litúrgica da Igreja, Corpo Místico de Cristo, unida intimamente a Ele, que torna possível tocar e ser tocado pelo Senhor (CaIC, 1090). Ela perpetua o acontecimento histórico da Encarnação, no qual Deus se torna visível, palpável, sensível. O toque redentor de Jesus não está distante ao homem contemporâneo. Continua sendo aquele mesmo com o qual foram tocados aqueles leprosos, aqueles pecadores, aqueles endemoninhados de outrora. É nesta expressão de fé que reside a força salvadora da Sagrada Liturgia.

Por conseguinte, a celebração sacramental da fé, mediada pelos símbolos e sinais, pelas palavras e coisas, neste toque contínuo do Senhor, constitui a força santificadora fundamental da Igreja. Assemelhar-se ao Senhor Jesus é a essência do discipulado: quem é chamado por Ele a ser seu discípulo é chamado a segui-lo passo a passo. E é exatamente na Liturgia que o discípulo tem, na repetição profunda e contínua, contato com o Coração do Mestre e é por Ele configurado. Cristo é o único orante, que une sua Igreja à sua oração ao Pai. Repetir os gestos sacramentais, seja para o ministro ordenado, em sua especial configuração a Cristo Cabeça, seja para a assembleia celebrante, em sua participação comum no Sacerdócio de Cristo, é unir-se profundamente ao Senhor e assumir para si seu modo e seu agir.

Destes fundamentos teológicos e espirituais da Sagrada Liturgia nasce a importância da arte de celebrar. Celebrar não se improvisa, afinal a celebração não pertence àqueles que celebram, mas é um dom recebido do Senhor para a sua Igreja. Celebrar é uma arte que se aprende, que se repete, que se exercita. Os sinais sacramentais, as palavras, os gestos, os símbolos utilizados na Liturgia permitem ingressar na escola do Mestre e, configurando-se ao Senhor que é o Liturgo por antonomásia, configurar-se a Ele na vida e na missão.

Desta forma, é fundamental a formação para a Liturgia daqueles que presidem, como também daqueles que participam das ações sagradas. Essa formação deve colaborar na correta e melhor celebração do Mistério Pascal (MARSILI, 2009, p. 117). Ademais, é preciso compreender que a própria celebração sacramental é formativa, na medida em que sua piedosa e fiel celebração forma o discípulo.

Nesta comunicação, destes múltiplos elementos, três aspectos de *Desiderio Desideravi* serão destacados. Estes elementos serão utilizados, em seguida, para uma leitura de ênfases da Instrução Geral do Missal Romano.

Em primeiro lugar, a liturgia como lugar do encontro com Cristo ressuscitado. A Carta Apostólica utiliza a categoria da encarnação como método. Neste sentido, a encarnação do Filho de Deus não é tão somente um acontecimento único e fundamental, mas o método pelo qual Deus vem ao nosso encontro (DD, 10).

A novidade do mistério da encarnação não se esgota com a ascensão de Jesus aos céus, mas permanece na comunidade que celebra. Desde os primeiros tempos, a Igreja nascente compreendeu que, ao celebrar, não representava acontecimentos do passado presenciados pelos primeiros discípulos e discípulas, mas tornava presente o mistério redentor e se encontrava verdadeiramente com o Ressuscitado (FLORES, 2006, p. 341).

A liturgia é, por conseguinte, lugar de encontro com Jesus Cristo ressuscitado, que se manifesta na Igreja que se reúne, no ministro que age em lugar de Cristo Cabeça, na Palavra proclamada, nos sacramentos e, sobretudo, na Eucaristia. Assim ensina o magistério do Concílio Vaticano II:

Para realizar tão grande obra, Cristo está sempre presente na sua Igreja, especialmente nas ações litúrgicas. Está presente no sacrifício da Missa, quer na pessoa do ministro – ‘O que se oferece agora pelo ministério sacerdotal é o mesmo que se ofereceu na Cruz’ – quer e sobretudo sob as espécies eucarísticas. Está presente com o seu dinamismo nos Sacramentos, de modo que, quando alguém batiza, é o próprio Cristo que batiza. Está presente em sua palavra, pois é Ele que fala ao ser lida na Igreja a Sagrada Escritura. Está presente, enfim, quando a Igreja reza e canta, Ele que prometeu: ‘Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, Eu estou no meio deles’ (Mt 18,20) (SC, 7).

A fé cristã ou é um encontro com Jesus, ou não existe. E aqui está toda a potente beleza da Sagrada Liturgia: “Não poderíamos ter outra possibilidade de um verdadeiro encontro com Ele senão na comunidade que celebra. Por isso, a Igreja sempre guardou, como seu tesouro mais precioso, o mandato do Senhor: ‘Fazei isto em memória de mim’” (DD, 8). Pela ação do Espírito Santo, a força salvífica da Páscoa nos alcança nas ações sacramentais, nas celebrações litúrgicas da Igreja.

Se a Ressurreição fosse para nós um conceito, uma ideia, um pensamento; se o Ressuscitado fosse para nós uma recordação da recordação de outros, por mais autorizados que fossem os Apóstolos, se não nos fosse dada também a possibilidade de um verdadeiro encontro com Ele, seria como declarar esgotada a novidade do Verbo feito carne. Em vez disso, a Encarnação, além de ser o único e novo acontecimento que a história conhece, é também o método que a Santíssima Trindade escolheu para abrir o caminho da comunhão a nós (DD, 10).

A fé cristã não é mera recordação, nem mero conhecimento e, muito menos, mero ascetismo na busca de virtudes morais elevadas. A fé cristã é encontro com Jesus vivo e ressuscitado, é ser tocado, curado, salvo, liberto por Ele, é segui-lo no hoje da história. E este encontro é mediado pela Liturgia. Debrucemo-nos em um parágrafo do Papa Francisco que merece ser aprofundado:

A Liturgia nos garante a possibilidade desse encontro. Não nos serve uma vaga recordação da Última Ceia: nós precisamos estar presentes naquela Ceia, a fim de poder escutar a sua voz, comer do seu Corpo e beber do seu Sangue: nós precisamos d'Ele. Na Eucaristia e em todos os Sacramentos, é garantida a nós a possibilidade de encontrar o Senhor Jesus e de ser alcançados pelo poder da sua Páscoa. O poder salvífico do sacrifício de Jesus, de cada palavra sua, cada gesto, olhar e sentimento, chega até nós na celebração dos Sacramentos. Eu sou Nicodemos e a Samaritana, o possesso de Cafarnaum e o paralítico na casa de Pedro, a pecadora perdoada e a hemorroíssa, a filha de Jairo e o cego de Jericó, sou Zaquae e Lázaro, o ladrão e Pedro perdoados. O Senhor Jesus, que 'imolado, já não morre; e, morto, vive eternamente' continua a perdoar-nos, curar-nos e salvar-nos com o poder dos Sacramentos (DD, n. 11).

A Liturgia, embebida da graça do Espírito, rompe as dimensões de tempo e de espaço, e nos permite sermos alcançados por Jesus, pelo seu toque, pela sua Palavra, pelos seus sentimentos, pelo seu Divino Coração. Nesta verdade teológica se encontra não apenas um aspecto doutrinal a ser crido e celebrado, mas uma atitude espiritual a ser exercitada em cada celebração sacramental. Não basta celebrar com todo cuidado e zelo com cada aspecto da ação litúrgica, é preciso mais:

é necessário se recordar e se colocar, em cada momento celebrativo, na presença de Jesus Ressuscitado. Esta é uma atitude interior irrenunciável para colhermos os frutos espirituais da celebração da fé. Não basta a ação *ex opere operato* de cada liturgia sacramental, em que o sacramento se realiza independentemente da santidade pessoal do ministro ou da disposição dos agentes celebrantes. É fundamental a atitude interior para que se colham os frutos e os efeitos próprios de cada sacramento (CaIC, 1098).

Em segundo lugar, *Desiderio Desideravi* chama a atenção para a necessidade de uma espiritualidade litúrgica que se nutra do estupor diante do mistério que se torna presença na celebração da Igreja (DD, 24). Afinal, é fundamental, na vida cristã, : "(...) a assimilação lenta dos conteúdos do mistério, a passagem gradual da liturgia à vida, a tomada de posse progressiva de nosso ser e de nosso agir por parte de Cristo, em um compromisso reiterado de viver em conformidade com o que celebramos..." (CASTELLANO, 2008, p. 103). Não basta a graça *ex opere operato* garantida validamente pela celebração de acordo com a norma eclesial, são necessárias as disposições requeridas para que a celebração produza frutos de santificação na vida dos batizados (BOROBIO, 2017, p. 207).

Esta intuição teológico-litúrgica tão profunda possui clara ressonância mistagógica: a abundância dos sinais sacramentais contribui verdadeiramente para a inserção no mistério de Cristo. Não bastam gotas de água, cheiro de óleo, fragmentos de pão... É claro que, para a validade dos sacramentos, é suficiente o mínimo de matéria. No entanto, aqui não se trata de mera validade, trata-se de aprofundar o sentido mistagógico de cada rito e a capacidade dos sinais de conduzirem e transmitirem a realidade celebrada. Como seria importante, ademais, na catequese de iniciação cristã, aprofundar, tocar, celebrar e preparar nossos catequizandos para serem sensíveis aos sinais sacramentais. Em cada sinal é importante meditar sua dimensão natural, como aparece ao longo da história salvífica e na vida e na missão de Jesus e como é utilizado nos sacramentos. Os sinais são verdadeiramente importantes na mistagogia celebrativa da Liturgia.

3. ÊNFASES NA INSTRUÇÃO GERAL DO MISSAL ROMANO A PARTIR DE *DESIDERIO DESIDERAVI*

A partir destas intuições fundamentais da Carta Apostólica *Desiderio Desideravi*, destacaremos alguns aspectos da Instrução Geral do Missal Romano em sua terceira edição. Estes elementos merecem atenção a partir da leitura feita da carta apostólica.

Primeiro, a Liturgia como lutar de encontro com o Ressuscitado. Os diferentes modos da presença de Jesus Cristo ressuscitado na Celebração Eucarística são manifestos, antes de tudo, pelos diferentes polos celebrativos. A presença de Cristo no ministro é expressa na presidência a partir da cadeira; na assembleia, pelo lugar que lhe é devido; na Palavra, pelo ambão e, na Eucaristia, pelo altar. Assim prevê a Instrução Geral recuperando, por exemplo, o lugar próprio da proclamação dos textos das Sagradas Escrituras:

A dignidade da Palavra de Deus requer na Igreja um lugar condigno de onde possa ser anunciada e para onde se volte espontaneamente a atenção dos fiéis no momento da Liturgia da Palavra. De modo geral, convém que esse lugar seja uma estrutura estável e não uma simples estante móvel. O ambão seja disposto de tal modo em relação à forma da igreja que os ministros ordenados e os leitores possam ser vistos e ouvidos facilmente pelos fiéis. Do ambão são proferidas somente as leituras, o salmo responsorial e o precônio pascal; também se podem proferir a homilia e as intenções da oração universal ou oração dos fiéis. A dignidade do ambão exige que a ele suba somente o ministro da Palavra (IGMR, 309).

Outro elemento fundamental é o lugar da presidência litúrgica: "A cadeira do sacerdote celebrante deve manifestar a função deste de presidir a assembleia e dirigir a oração" (IGMR, 310). Como também: "Disponham-se os lugares dos fiéis com todo o cuidado, de sorte que possam participar devidamente das ações sagradas com os olhos e o espírito" (IGMR, 311).

Estes diferentes lugares do espaço litúrgico são expressão dos diferentes ministérios em uma assembleia litúrgica e manifestação dos diferentes modos de presença do Cristo ressuscitado na Celebração Eucarística:

A celebração eucarística constitui uma ação de Cristo e da Igreja, que é o 'sacramento da unidade', isto é, o povo santo, unido e ordenado sob a direção do Bispo. Por isso, pertence a todo o Corpo da Igreja e o manifesta e afeta; mas atinge a cada um dos seus membros de modo diferente, conforme a diversidade de ordens, ofícios e da participação atual. Dessa forma, o povo cristão, 'geração escolhida, sacerdócio real, gente santa, povo de conquista', manifesta sua organização coerente e hierárquica. Todos, portanto, quer ministros ordenados, quer fiéis leigos, exercendo suas funções e ministérios, façam tudo e só aquilo que lhes compete" (IGMR, 91)

Não convém, por isso, ignorar esta dimensão mistagógica dos diferentes ministérios expressos pelos lugares dentro do espaço litúrgico. Não convém, por exemplo, que o presidente da celebração presida toda a ação litúrgica desde o altar, ignorando a sede presidencial e o ambão como polos que significam os diferentes modos da presença de Cristo na liturgia.

A beleza e a verdade da fé da Igreja se manifestam nos gestos próprios de veneração e de adoração na ação sagrada: "Conforme uso consagrado, a veneração do altar e do Evangeliário é feita pelo ósculo" (IGMR, 273). Quanto à adoração prestada à presença eucarística de Cristo:

A genuflexão se faz dobrando o joelho direito até o chão, significa adoração; por isso, se reserva ao Santíssimo Sacramento e à Santa Cruz, desde a solene adoração da Ação Litúrgica da Sexta-feira da Paixão do Senhor até o início da Vigília Pascal. Na Missa, o sacerdote celebrante faz três genuflexões, a saber: depois da apresentação da hóstia, após a apresentação do cálice e antes da comunhão. (...) Se, porém, houver no presbitério tabernáculo com o Santíssimo Sacramento, o sacerdote, o diácono e os outros ministros fazem genuflexão, quando chegam ao altar e quando dele se retiram; não, porém, durante a própria celebração da Missa. Também fazem genuflexão todos os que passam diante do

Santíssimo Sacramento, a não ser que caminhem processionalmente. Os ministros que levam a cruz processional e as velas, em vez de genuflexão, fazem inclinação da cabeça (IGMR, 274).

Há ainda outras manifestações de reverência à presença de Cristo na Liturgia como, por exemplo, a incensação e a inclinação. São alguns elementos de *ars celebrandi* que, à luz de *Desiderio Desideravi*, formam o espírito litúrgico e conduzem ao mistério celebrado.

4. CONCLUSÃO

A partir da leitura de temas fundamentais da Carta Apostólica *Desiderio Desideravi*, nesta comunicação, buscamos salientar alguns poucos elementos da Instrução Geral do Missal Romano, que precisa ser sempre redescoberta como grande contribuição da reforma litúrgica à celebração eucarística. Ela não se apresenta como um mero conjunto de normativas e orientações rituais, mas como uma verdadeira introdução à Celebração Eucarística a partir de uma renovada teologia litúrgica eucarística. Suas normas rituais constituem caminho mistagógico à inserção no Mistério Pascal de Jesus Cristo celebrado e tornado presente na Celebração Eucarística. Este é um caminho aberto a ser percorrido na esteira da renovação litúrgica.

5. REFERÊNCIAS

BOROBIO, Dionisio. *História e Teologia comparada dos Sacramentos: o princípio da analogia sacramental*. Tradução: José Joaquim Sobral. São Paulo: Loyola; Ave-Maria, 2017, p. 207.

CASTELLANO, Jesús. *Liturgia e vida espiritual: teologia, celebração, experiência*. Tradução: Antonio Efraim Feltrin. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 103.

CATECISMO da Igreja Católica: Edição revisada de acordo com o texto oficial em latim. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Paulus, Ave-Maria, 1999, n. 1116. (Sigla: CalC).

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Constituição Sacrosanctum Concilium*: sobre a sagrada liturgia. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2002. (Sigla: SC).

CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. *Instrução Geral do Missal Romano e Introdução ao Lecionário*. Brasília: Edições CNBB, 2023. (Sigla: IGMR).

FLORES, Juan Javier. *Introdução à Teologia Litúrgica*. Tradução: Antonio Efro Feltrin. São Paulo: Paulinas, 2006.

FRANCISCO. *Carta Apostólica Desiderio Desideravi*: sobre a formação litúrgica do Povo de Deus. Brasília: Edições CNBB, 2022. (Sigla: DD).

MARSILI, Salvatore. *Sinais do Mistério de Cristo*: teologia litúrgica dos sacramentos, espiritualidade e ano litúrgico. Tradução: José Afonso Beraldin da Silva. São Paulo: Paulinas, 2009.

MÜLLER, Gerhard Ludwig. *Dogmática Católica*: teoria e prática da teologia. Tradução: Volney Berkenbrock, Paulo Ferreira Valério e Vilmar Schneider. Petrópolis: Vozes, 2015.

CAPÍTULO II¹

A PRESENÇA REAL DE JESUS NA INSTRUÇÃO GERAL DO MISSAL ROMANO

LA PRESENCIA REAL DE JESÚS EM LA INSTRUCCIÓN GENERAL DEL MISAL ROMANO

Élcio Alberton²

INTRODUÇÃO

Sem ser simplório, nem tampouco profanar uma verdade que este artigo pretende corroborar somando-se a tudo o que já foi escrito sobre o assunto, iniciamos com o fragmento de um poema de Cecília Meireles, considerado uma das suas principais criações e publicada em 1964, fase final de sua produção literária.

OU ISTO OU AQUILO

Ou se tem chuva e não se tem sol,
ou se tem sol e não se tem chuva!

Ou se calça a luva e não se põe o anel,
ou se põe o anel e não se calça a luva!

Quem sobe nos ares não fica no chão,
quem fica no chão não sobe nos ares.

É uma grande pena que não se possa
estar ao mesmo tempo nos dois lugares!

(MEIRELES, 1964).

¹ DOI – <https://doi.org/10.36592/9786554601184-02>

² Mestre em Educação pela PUCPR e mestre em Teologia Dogmática pela Faculdade Nossa Senhora da Assunção. Presbítero da Diocese de Caçador – SC.
E-mail: padreelcioalberton@hotmail.com

Neste poema a autora consegue, de um modo divertido, tratar da mais intrigante necessidade humana que diz respeito a questão das escolhas, e conclui de uma maneira lúdica confirmando a impossibilidade humana de estar em dois lugares ao mesmo tempo. Pois é sobre esta possibilidade misteriosa que vamos nos deter ao longo deste trabalho procurando compreender como o Filho humano de Deus³ está, por meio da liturgia da Igreja, sacramentalmente presente em distintos lugares ao mesmo tempo.

1 DO MOVIMENTO LITÚRGICO A PIO XII

Para fundamentar a compreensão das “diferentes formas de presença real de Jesus” como entende a Instrução Geral do Missal Romano (IGMR), é significativo retornar ao início do século XX e ao movimento litúrgico, mais precisamente citando a conferência do dia 23 de setembro de 1909 durante o Congresso Nacional das Obras Católicas, realizado na Abadia de São Pedro de Solesmes, na qual o beneditino Lambert Beauduin (1873-1960) chamou a atenção para as liturgias desprovidas de sentido comunitário e que se destacavam por práticas devocionais. O monge sustentava sua preocupação inspirado pelo conceito de liturgia descrito por Pio X no motu próprio *Tra le sollecitudini* que considerava a liturgia a mais importante fonte da Igreja, por isso mesmo afirmava a necessidade de percorrer um caminho de renovação litúrgica capaz de reconstituir o Corpo Místico de Cristo.

Para o Movimento Litúrgico estava claro que o sujeito da Liturgia é o próprio Cristo, é Ele que transforma a assembleia em seu corpo místico e estende o seu sacerdócio aos ministros que, por força do sacramento da ordem, dirigem as assembleias. Trata-se de um sacerdócio coletivo e comunitário e organizado hierarquicamente de modo a tornar mais clara a sua presença real e sacramental quando todos os participantes exercem o sacerdócio batismal cada um de acordo com a sua competência.

³ O Espírito Santo virá sobre você, e o poder do altíssimo a envolverá com sua sombra. Por isso o menino será chamado de santo e Filho de Deus (Lc 1,35) e confirmado por ocasião do batismo no rio Jordão: Este é o meu Filho querido que me dá muita alegria (Mt 3, 13).

Na mesma proporção que o Movimento Litúrgico ganhou adeptos em diversos países, suas ideias fundamentais também foram contestadas até que finalmente assumidas por PIO XII na encíclica *Mediator Dei (MD)*. Em linhas gerais a causa das polêmicas envolvendo o movimento residia numa questão que, de certo modo, permanece até os dias de hoje.

As resistências ao Movimento Litúrgico perderam sustentação quando PIO XII afirmou que o Redentor quis perpetuar sua presença por meio do seu corpo místico que é dirigido por um sacerdócio ministerial e visível:

O Divino Redentor quis, ainda, que a vida sacerdotal por ele iniciada em seu corpo mortal com as suas preces e o seu sacrifício, não cessasse no correr dos séculos no seu corpo místico, que é a Igreja; e por isso instituiu um sacerdócio visível para oferecer em toda parte a oblação pura, a fim de que todos os homens, do oriente ao ocidente, libertos do pecado, por dever de consciência servissem espontânea e voluntariamente a Deus (PIO XII, 1947, 2).

A compreensão da presença real que mais tarde a *Sacrosanctum Concilium* vai assumir é um redesenho do que na *Mediator Dei* Pio XII havia definido quando tratava da Natureza, origem e progresso da liturgia:

Em toda ação litúrgica, junto com a Igreja está presente o seu divino Fundador: Cristo está presente no augusto sacrifício do altar, quer na pessoa do seu ministro, quer por excelência, sob as espécies eucarísticas; está presente nos sacramentos com a virtude que neles transfunde, para que sejam instrumentos eficazes de santidade; está presente, enfim, nos louvores e súplicas dirigidas a Deus, como vem escrito: "Onde estão duas ou três pessoas reunidas em meu nome aí estou no meio delas"(Mt 18,20). A sagrada liturgia é, portanto, o culto público que o nosso Redentor rende ao Pai como cabeça da Igreja, e é o culto que a sociedade dos fiéis rende à sua cabeça, e, por meio dela, ao Eterno Pai. É, em uma palavra, o culto integral do corpo místico de Jesus Cristo, ou seja, da cabeça e de seus membros (PIO XII, 1947, 17).

Note-se que PIO XII tem a clara compreensão da liturgia como mandato dado para a Igreja pelo seu fundador e que a fidelidade a essa missão consiste na continuação do sacerdócio de Cristo:

O culto se organiza e se desenvolve segundo as circunstâncias e as necessidades dos cristãos, se enriquece de novos ritos, cerimônias e fórmulas, sempre com o mesmo intento: a fim de que sejamos estimulados por aqueles sinais... conheçamos o progresso realizado e nos sintamos solicitados a desenvolvê-lo com maior vigor; o efeito, de fato, é mais digno, se mais ardente é o afeto que o precede. Assim a alma se eleva a Deus mais e melhor; assim o sacerdócio de Jesus Cristo está sempre em ato na sucessão dos tempos, não sendo a liturgia outra coisa que o exercício desse sacerdócio. Como a sua cabeça divina, assim a Igreja assiste continuamente os seus filhos, ajuda-os e exorta-os à santidade, para que, ornados com essa dignidade sobrenatural, possam um dia voltar ao Pai que está nos céus. Ela restaura para a vida celeste os nascidos à vida terrena, dá-lhes a ajuda do Espírito Santo na luta contra o inimigo implacável; chama os cristãos em torno dos altares e, com insistentes convites, exorta-os a celebrar e tomar parte no sacrifício eucarístico, e nutre-os com o pão dos anjos, para que sejam sempre mais firmes; purifica e consola aqueles que o pecado feriu e maculou; consagra com legítimo rito aqueles que, por vocação divina, são chamados ao ministério sacerdotal; revigora com graças e dons divinos o casto conúbio daqueles que são destinados a fundar e constituir a família cristã; depois de ter confortado e restaurado com o viático eucarístico e a sagrada unção as últimas horas da vida terrena, acompanha ao túmulo com suma piedade os despojos dos seus filhos, dispondo-os religiosamente, protegendo-os ao abrigo da cruz, para que possam um dia ressurgir triunfando da morte; abençoa com particular solenidade quantos dedicam a sua vida ao serviço divino na consecução da perfeição religiosa; estende a sua mão caridosa às almas que, nas chamas da purificação, imploram preces e sufrágios, para conduzi-las finalmente à eterna beatitude (PIO XII, 1947, 19).

Ontem, como hoje, o que está em pauta é a compreensão de um modelo de Igreja que se manifesta no modo como se faz a liturgia. Enquanto para os adeptos do Movimento a na compreensão do Concílio a liturgia é a presença sacramental de

Deus que por meio do seu filho Jesus Cristo salvou a humanidade e continua repetindo na oração da Igreja, para os contestadores a liturgia é um conjunto de cerimônias e ritos executados com o rigor da norma e das rubricas.

Pio XII é ainda mais preciso e porque não dizer contestador de uma liturgia calcada na piedade e no devocionismo manifestado na exterioridade dos atos quando afirma:

Não têm, pois, noção exata da sagrada liturgia aqueles que a consideram como parte somente externa e sensível do culto divino ou como cerimonial decorativo; nem se enganam menos aqueles que a consideram como mero conjunto de leis e preceitos com que a hierarquia eclesiástica ordena a realização dos ritos. Deve, portanto, ser bem conhecido de todos que não se pode honrar dignamente a Deus, se a alma não cuida de conseguir a perfeição da vida, e que o culto rendido a Deus pela Igreja em união com a sua Cabeça divina tem a eficácia suprema de santificação (PIO XII, 1947, 22 – 23).

Com outras palavras a *Mediator Dei* evoca a presença real de Jesus na assembleia que celebra: "Sejam as almas dos cristãos como altares nos quais se repetem e se reavivam as várias fases do sacrifício que o sumo Sacerdote imola; isto é, as dores e as lágrimas que lavam e expiam os pecados; a oração dirigida a Deus que se eleva até o céu" (PIO XII, 1947, 138).

Não é fora de propósito afirmar que as reformas propostas pela *Sacrosanctum Concilium* no que se refere a questão da presença real de Jesus na Liturgia tem sua sustentação na teologia da liturgia desenvolvida na *Mediator Dei*.

2 - DE PIO XII AO VATICANO II

A *Sacrosanctum Concilium*, antes de descrever com detalhes a questão de presença real de Jesus deixa claro que pela liturgia as pessoas são transformadas em templo e morada do Senhor até que Cristo se forme: "A liturgia ao mesmo tempo que edifica os que estão na Igreja em templo santo no Senhor, em morada de Deus no Espírito até a medida da idade da plenitude de Cristo" (SC 2).

Esse processo transformador se realiza pela recepção dos sacramentos e pela liturgia conforme a *Sacrosanctum Concilium*:

Para realizar tal obra, Cristo está sempre presente na sua Igreja, especialmente nas ações litúrgicas. Está presente no sacrifício da Missa, na pessoa do ministro, pois o que se oferece agora pelo ministério do sacerdote é o mesmo que se ofereceu na cruz, quer e sobretudo pelas espécies eucarísticas. Está presente com seu dinamismo nos sacramentos, que modo que quando alguém batiza é o próprio Cristo que batiza. Está presente na sua Palavra, pois é Ele que fala ao ser lida na Igreja a Sagrada Escritura. Está presente enfim quando a Igreja reza e canta, Ele prometeu: 'Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome Eu estou no meio deles (SC 7).

Esta afirmação conciliar torna evidente a função sacerdotal exercida pela Igreja no processo de fazer com que a liturgia celebrada seja um verdadeiro e real encontro com Deus.

A leitura pouco exegética da afirmação conciliar pode dar a impressão que alguma forma de presença real seja mais importante, mais real, ou mais verdadeira que as demais. Paulo VI esclarece isso quando afirma que a presença real na Eucaristia não significa exclusão das outras formas, mas trata-se de uma presença substancial, isso significa dizer que permanece mesmo depois que termina a ação litúrgica, ao passo que as outras são igualmente reais, mas limitadas ao momento da reunião da assembleia, isso não significa que as outras formas de presença sejam de menor valor.

Feitas estas considerações históricas e eclesiológicas podemos mais seguramente comentar as diversas vezes que a IGMR menciona a presença real de Jesus que pode ser enriquecida pela recente Carta Apostólica *Desidério Desideravi* (DD).

3 A INSTRUÇÃO GERAL DO MISSAL ROMANO E A *DESIDERIO DESIDERAVI*

A primeira vez que a IGMR menciona a presença real de Jesus está na introdução que São Paulo VI quis incluir na Instrução Geral e que nesta terceira edição compreende o primeiro capítulo da Instrução:

Igualmente o admirável mistério da presença real do Senhor sob as espécies eucarísticas foi confirmado pelo Concílio Vaticano II e por outros documentos do Magistério Eclesiástico, no mesmo sentido e na mesma forma com que fora proposta à nossa fé pelo Concílio de Trento. Esse mistério é proclamado na celebração da missa, não apenas nas palavras da consagração, pelas quais o Cristo se torna presente através da transubstanciação, mas também no espírito e manifestação do sumo respeito e adoração que ocorrem na liturgia eucarística. Por este motivo, o povo cristão é levado a prestar a este admirável sacramento na quinta-feira da ceia do Senhor e na solenidade do santíssimo corpo e sangue de Cristo um culto especial de adoração (IGMR 3).

Esta citação é uma resposta aos críticos do novo missal, que pode ser comparada à que o Papa Francisco faz aos saudosistas do missal de PIO V na carta *Desiderio Desideravi*:

Por este motivo, não podemos voltar àquela forma ritual que os Padres conciliares, *cum Petro* e *sub Petro*, sentiram a necessidade de reformar, aprovando, sob a guia do Espírito e segundo a sua consciência de pastores, os princípios dos quais nasceu a reforma. Abandonemos as polêmicas para escutarmos juntos o que o Espírito diz à Igreja, conservemos a comunhão, continuemos a maravilhar-nos pela beleza da Liturgia. Foi-nos dada a Páscoa, deixemo-nos guardar pelo desejo que o Senhor continua a ter de a poder comer conosco. Sob o olhar de Maria, Mãe da Igreja (FRANCISCO, 2023, 61 e 65).

O segundo capítulo da IGMR começa tratando da estrutura geral da Missa com uma afirmação que descreve a teologia e os personagens principais qualificando o povo de Deus a quem chama de assembleia santa porque é engrandecida com a

presença do Senhor e presidida pelo mesmo Cristo representado na pessoa que preside. A celebração que se realiza como memorial do sacrifício da cruz torna realmente presente a Cristo além da forma substancial nas espécies eucarísticas nas outras realidades que a compõe e se reconhece na comunidade celebrante:

Na missa ou ceia do Senhor, o povo de Deus é convocado e reunido sob a presidência do sacerdote que representa a pessoa de Cristo, para celebrar a memória do Senhor ou sacrifício eucarístico⁴. Por isso, a esta reunião local da santa Igreja aplica-se, de modo eminente, a promessa de Cristo: "Onde dois ou três estão reunidos no meu nome, eu estou no meio deles". Pois na celebração da missa, em que se perpetua o sacrifício da cruz, Cristo está realmente presente tanto na assembleia reunida em seu nome como na pessoa do ministro, na sua palavra e, também, de modo substancial e permanente sob as espécies eucarísticas (IGMR 27).

Dentre as reiteradas vezes que a Instrução trata da presença real o número 29 evoca a *Sacrosanctum Concilium* que diz: "Na liturgia Deus fala ao seu povo e Cristo continua a anunciar o Evangelho" (SC 33). A IGMR também faz um link com a introdução ao lecionário para destacar a teologia e a espiritualidade da Palavra de Deus na Celebração: "Quando se leem as Sagradas Escrituras na Igreja, o próprio Deus fala a seu povo, e Cristo presente em sua Palavra anuncia o Evangelho" (29). E Francisco escreve na *Desidério Desideravi*:

É a comunidade do Pentecostes que é capaz de partir o Pão na certeza de que o Senhor está vivo, ressuscitado dos mortos, presente com a sua Palavra, com os seus gestos, com a oferta do seu Corpo e do seu Sangue. A partir desse momento a celebração torna-se o lugar privilegiado, não o único, do encontro com Ele. Nós sabemos que é só graças a esse encontro que o homem se torna plenamente homem. Só a Igreja do Pentecostes pode conceber o homem como pessoa,

⁴ Afirmação extraída do decreto *Presbiterorum Ordinis* no número 5 que recorda Santo Inácio afirmando que os presbíteros de algum modo tornam o Cristo presente em todas as assembleias dos fiéis.

aberto a uma relação plena com Deus, com a criação e com os irmãos (FRANCICO, 2023, 33).

A IGMR continua insistindo na presença real de Jesus por sua Palavra proclamada e reitera o silêncio como uma das condições para a comunidade perceber essa verdade: "O próprio Cristo, por sua Palavra, se acha presente no meio dos fiéis. Pelo silêncio o povo se apropria dessa Palavra de Deus" (55). Não sem razão Francisco reforça a importância do silêncio:

Entre os gestos rituais que pertencem a toda a assembleia, o silêncio ocupa um lugar de importância absoluta. Efetivamente, está presente na liturgia da Palavra (antes das leituras, entre as leituras e após a homilia). Não se trata de um refúgio onde esconder-se para um isolamento intimista, quase sofrendo a ritualidade como se de uma distração se tratasse: um tal silêncio estaria em contradição com a própria essência da celebração. O silêncio litúrgico é muito mais: é o símbolo da presença e da ação do Espírito Santo que anima toda a ação celebrativa; por esse motivo muitas vezes constitui o ápice da sequência ritual. Por isso, somos chamados a realizar com extremo cuidado o gesto simbólico do silêncio: é nele que o Espírito nos dá forma (FRANCICO, 2023, 52).

Os 16 números (55 -71) no capítulo que trata da estrutura, elementos e partes da missa, descrevem de modo detalhado a liturgia da Palavra deixando claro que Deus fala ao seu povo e Cristo por sua Palavra proclamada está presente. Merece destaque a proclamação do Evangelho, o qual deve ser ouvido de pé e preferencialmente voltados para a mesa da Palavra onde está sendo proclamado pelo presbítero ou pelo diácono. Sobre isso Francisco diz:

Se tivéssemos chegado a Jerusalém depois do Pentecostes e tivéssemos sentido o desejo não só de ter informações sobre Jesus de Nazaré, mas também de ainda o poder encontrar, não teríamos tido outra possibilidade a não ser a de procurar os seus para escutar as suas palavras e ver os seus gestos, mais vivos do que nunca (FRANCISCO, 2023, 8).

Sem citar a IGMR, Francisco aborda as funções de ordem sacra recomendando àqueles que presidem um cuidado especial no que diz respeito a:

Rigidez austera ou criatividade exagerada; misticismo espiritualizante ou funcionalismo prático; precipitação apressada ou lentidão acentuada; descuido negligente ou excessiva minúcia; excessiva afabilidade ou impassibilidade hierática"; e assegura que "estes modelos de presidência tem uma raiz comum: um personalismo exacerbado do estilo celebrativo que, por vezes, manifesta uma mal disfarçada mania de protagonismo (FRANCICO, 2023, 54).

Alargando as responsabilidades do presbítero Francisco continua:

Como todos os ofícios que é chamado a desempenhar, não se trata primariamente de uma tarefa que lhe é confiada pela comunidade, mas antes consequência da efusão do Espírito Santo recebida na ordenação que o habilita para essa tarefa... e **Para** que este serviço seja bem feito – com arte, precisamente – é de fundamental importância que o presbítero tenha, acima de tudo, uma viva consciência de ser, por misericórdia, uma especial presença do Ressuscitado. O ministro ordenado é ele próprio uma das modalidades da presença do Senhor que tornam a assembleia cristã única, diferente de qualquer outra Isto dá espessura "sacramental" – em sentido amplo – a todos os gestos e palavras de quem preside. O próprio presbítero deve ser absorvido por este desejo de comunhão que o Senhor tem para com todos: é como se estivesse no meio entre o coração ardente de amor de Jesus e o coração de cada fiel, objeto do seu amor (FRANCICO, 2023, 56 e 57).

Estas insistências do Papa não são outra coisa senão uma maneira diferente de dizer o que se lê na IGMR:

O presbítero que na Igreja tem o poder sagrado da ordem para oferecer o sacrifício em nome de Cristo, também está à frente do povo reunido, preside à sua oração, anuncia-lhe a mensagem da salvação, associa a si o povo no oferecimento do sacrifício a Deus Pai, por Cristo, no Espírito Santo, dá aos seus irmãos o pão da vida eterna e participa com eles do mesmo alimento. Portanto,

quando celebra a Eucaristia, ele deve servir a Deus e ao povo com dignidade e humildade, e pelo modo de agir e proferir as palavras divinas, sugerir aos fiéis uma presença viva de Cristo (IGMR 93).

Neste número ficam claras algumas razões de ordem teológica a saber: dirige a oração do povo e com ele oferece o sacrifício atuando na pessoa de Cristo; participa da mesma comunhão com o povo a quem ele associa na oferenda que apresenta ao Pai e para quem anunciou a mensagem da salvação. Na condição de servidor do povo deve exercer o seu ministério com humildade porque não é dono nem da Palavra e nem da graça. Constantemente o presbítero precisa lembrar que no dia da ordenação recebeu das mãos do bispo a oferenda do povo de Deus para apresentá-la conformando a sua vida com aquilo que celebra, daí que na condição de quem age *in persona Christi* deve facilitar aos que lhe veem e ouvem a presença viva de Cristo. Concretamente este comportamento Francisco descreve insistindo que a própria celebração educa para a presidência e que por isso o ministro ordenado não deve sentar-se num trono que dificulte ser visto como aquele que serve; não se faça o centro da celebração roubando o lugar daquele que ele representa, aproxima-se do altar de coração humilhado e contrito pedindo perdão por seus pecados; sabe fazer uso das palavras que saem da sua boca expressando a interioridade dos seus sentimentos (Cf. FRANCISCO, 2023, 60).

CONCLUSÃO

O presidente, que no dizer de Francisco, é tomado para deflagrar o fogo do seu amor na terra deixa-se trabalhar pelo Espírito e desde o início da celebração estimula a comunidade a se sentir lugar privilegiado de encontro com o Senhor e isso fica melhor percebido quando dirige para a assembleia reunida uma alegre saudação que traz presente o Cristo ressuscitado: "Executado o canto de entrada, o sacerdote de pé junto à cadeira, e junto com toda a assembleia reunida faz o sinal da cruz e expressa pela saudação a presença do Senhor" (IGMR 50) que de algum modo pode ser compreendida como a Igreja de Pentecostes.

A presença real e substancial de Jesus que continua depois que a assembleia foi desfeita, pede que exista na Igreja um Tabernáculo fixo colocado num lugar de honra, que seja visível, decorado e sempre sinalizado com uma lâmpada especial de modo que possa favorecer os gestos de veneração e oração pessoal ao passo que as demais formas da presença real se estendem para o dia a dia das comunidades que, repetindo a condição dos discípulos de Emaús retornam ao encontro dos irmãos e proclamam: "Nós vimos o Senhor" e estes por sua vez contam também como o encontraram.

Estas considerações devem colaborar com as comunidades que se reúnem para celebrar a liturgia sintam arder o coração por ter podido realizar um encontro vivo com Jesus Vivo fazendo crescer a fé no mistério celebrado.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. Nova Tradução na Linguagem de Hoje; São Paulo: Paulinas, 2005.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Instrução Geral do Missal Romano e Introdução ao Lecionário*. Brasília: Edições CNBB, 2023.

PAPA PAULO VI. Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium*. Roma, 1963. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html Acesso em: 16 de ago. de 2023.

PAPA PAULO VI. Decreto *Presbyterorum Ordinis*; Roma, 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_presbyterorum-ordinis_po.html. Acesso em: 16 de ago. de 2023.

FLORES, Juan Javier. *Introdução à teologia litúrgica*. São Paulo: Paulinas, 2006.

LOPEZ MARTIN, Julian. *A liturgia da Igreja: teologia, história, espiritualidade e pastoral*. São Paulo: Paulinas, 2006.

MALDONADO, Luis. *A ação litúrgica: sacramento e celebração*. São Paulo: Paulinas, 1998.

MEIRELES, Cecília. *Ou isto ou aquilo*. São Paulo, 1964. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/analise-ou-isto-ou-aquilo-cecilia-meireles/>. Acesso em: 15 de set. de 2023.

PAPA FRANCISCO. *Desidério Desideravi*. Roma, 2023. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/20220629-lettera-ap-desiderio-desideravi.html. Acesso em: 16. ago. de 2023.

PAPA PIO X. *Motu próprio Tra le Sollicitude*. Roma, 1903. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-x/pt/motu_proprio/documents/hf_p-x_motu_proprio_19031122_sollicitudini.html. Acesso em: 16 de ago. de 2023.

PAPA PIO XII. *Mediator Dei*. Roma, 1947. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20111947_mediator-dei.html. Acesso em: 16 de ago. de 2023.

CAPÍTULO III¹

VALORIZAÇÃO DA ORAÇÃO EUCARÍSTICA A PARTIR DA TEOLOGIA DO VATICANO II

APPRECIATION OF THE EUCHARISTIC PRAYER FROM THE THEOLOGY OF VATICAN II

Renato Quezini²

INTRODUÇÃO

No dia 19 de abril de 2023, na Missa de abertura da 60ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), utilizou-se pela primeira vez os textos aprovados para o Brasil da 3ª edição do Missal Romano (livro que contém as orações da Missa), fruto que muitos anos de trabalho realizado pela Comissão Episcopal de Textos Litúrgicos (CETEL) da CNBB.

Após a Missa de abertura, circularam pelas redes sociais centenas de vídeos da referida celebração onde se procedeu a I Oração Eucarística (OE) - (Cânion Romano) dando ênfase nas palavras do relato institucional com as devidas alterações na nova tradução. O que nos chamou a atenção foram os comentários a tais vídeos e postagens, revelando uma fragilidade litúrgica, catequética e mistagógica por parte dos fiéis católicos. Com tristeza constatamos que não nos distanciamos muito da situação pré-conciliar, onde a "grande importância era dada unicamente às palavras da Instituição, isto é, à 'consagração', sem compreender a importância e o sentido da Oração Eucarística em toda a sua complexidade" (FERRARI, 2022, p. 19).

O nome dado a essa parte da OE dado pela Instrução Geral do Missal Romano (IGMR) é: narrativa da instituição e consagração. Porém, se observarmos os textos

¹ DOI – <https://doi.org/10.36592/9786554601184-03>

² Presbítero da Arquidiocese de Maringá. Mestrando em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), bolsista CAPES. Especialista em liturgia (UNISAL), espiritualidade cristã e orientação espiritual (FAJE) e counseling (FAV), bacharel em filosofia (IFAMA) e teologia (PUC-PR). Contato: rquezini@yahoo.com.br

das Orações Eucarísticas do Missal Romano, podemos imediatamente notar que do ponto de vista literário, se trata de uma narrativa e não de uma oração de consagração.

A consagração ainda nos remete a um período pré-conciliar onde as pessoas não participavam ativa e conscientemente das ações sagradas. Em razão disso, queremos neste artigo refletir sobre a importância de todas as partes que compõe a OE - e não somente nos fixarmos na narrativa da instituição e consagração - na linha do que nos ensinou o Concílio Ecumênico Vaticano II por meio da Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* (SC) sobre a Sagrada Liturgia.

1. DESCRIÇÃO E SENTIDO DA ORAÇÃO EUCARÍSTICA

A IGMR apresenta a OE como o “centro e ápice de toda a celebração” (IGMR, n. 78). O povo de Deus, reunido em assembleia, após ter se alimentado da Palavra de Deus, eleva os corações ao Senhor e une-se numa só voz para cantar as maravilhas de Deus na história da salvação e para oferecer o pão e vinho que, mais tarde, se converterão sacramentalmente no corpo e sangue do Senhor (IGMR, n. 78).

Conforme nos apresenta a IGMR, a OE é o centro não somente da Liturgia Eucarística é o ápice de toda a celebração. Vale ressaltar que ela é composta por um todo, há uma unidade desde o diálogo inicial até a doxologia concluída com o amém da assembleia. Por isso não é válido acrescentar comentários que só empobrecem tão grande mistério.

Passemos à análise dos principais elementos da OE sem, contudo, nos atermos à complexidade do debate sobre as particularidades de algumas dessas orações e elementos. Nos deteremos em sua importância e sentido teológico, na tentativa de compreender melhor tão grande oração. Nosso interesse nesse estudo é uma análise da OE a partir da IGMR “que tem um valor sobretudo descritivo daquilo que encontramos na celebração e não é sua tarefa, nem sua intenção, fornecer-nos uma teologia da celebração” (FERRARI, 2022, p. 59). A partir da IGMR, tentaremos aprofundar os elementos teológicos e pastorais.

1.1 Prefácio

Em relação ao prefácio a IGMR de forma muito sintética diz: “O sacerdote, em nome de todo o povo santo, glorifica a Deus Pai e lhe rende graças por toda a obra da salvação ou por um dos seus aspectos, de acordo com o dia, a festa ou o tempo” (IGMR, n. 79a). A descrição fornecida ressalta em primeiro lugar que se trata de uma oração presidencial. Encontramos na tradição da Igreja com São Justino em sua Primeira Apologia elementos que fundamentam esse dado: “Então o que preside eleva ao céu, com todo o seu fervor, preces e ações de graças, e o povo aclama: Amém” (JUSTINO, 1995, n. 65,3).

A ação de graças é expressa de modo particular e principalmente no Prefácio, diálogo que se inicia com a saudação e com o convite a elevar os corações, louvar e dar graças, à qual o presidente proclama o louvor e a ação de graças a Deus, que esse dirige ao Pai e concentra-se na história da salvação, desde sua encarnação a sua ressurreição. Ione Buyst a compara a um brinde que alguém faz em nome de todos os presentes numa festa: um fala em nome de todos, homenageando os festejados. “Embora apenas um faz o brinde, todos tomam parte nele, confirmando sua adesão por meio de gestos e manifestações de júbilo” (BUYST, 2008, p. 101).

É uma oração proclamada diante de Deus e diante dos fiéis reunidos em seu nome. Distingue-se em três partes a qual a primeira é o convite ao louvor, os quais expressam a glorificação de Deus (dar graças, louvar, cantar hinos, glorificar, confessar, bendizer). Sua parte central nos diz à razão que nos leva a estar unidos e a entoar hinos a Deus. E por fim o prefácio conclui com o canto do Santo, o qual é o canto dos anjos aos quais nos unimos no mesmo louvor, para que eles completem a insuficiência do nosso canto.

A OE tem início com um diálogo invitatório do presidente da celebração com a assembleia. O Senhor esteja convosco. Essa saudação tem um sentido muito profundo, o presidente deseja ao povo reunido que o Senhor esteja presente com a assembleia e o povo responde retribuindo a saudação: E com o teu espírito, na nossa tradução portuguesa, Ele está no meio de nós.

Uma vez reunidos na presença do Senhor prossegue o diálogo: Corações ao alto, no sentido de orientar os corações a Deus neste momento em que unidos a

Cristo nos dirigimos ao Pai. E a assembleia responde: O nosso coração está em Deus, confirmando esse desejo da íntima comunhão e conexão com o Senhor.

Diante disso vem o terceiro convite a dar graças a Deus pelas maravilhas concedidas a nós na história da salvação e confessar nossa infidelidade para com Deus. Esse diálogo invitatório nos introduz no mistério para participarmos dignamente dessa grande prece eucarística da Igreja.

Segundo Aldazábal, esse diálogo introdutório entre o presidente e a assembleia, "pretende assegurar um contato pedagógico entre eles e, sobretudo, ajudar para que toda a comunidade tome consciência de que esta oração central vai ser uma ação de todos, ainda que proclamada pelo presidente" (ALDAZÁBAL, 2010, p. 247).

Tudo deve ser feito em clima de oração e não de forma mecânica, rendendo graças ao Mistério específico que se celebra de acordo com o tempo litúrgico, solenidade, festa ou memória. O Prefácio como já destacado é parte integrante indispensável da OE, pois nele se expressa o motivo de louvor. Nele a oração é proclamada "diante de" Deus e "diante da" assembleia.

1.2 *Sanctus*

Esse canto como prolongamento do Prefácio, "dirige-se ao Pai que é o destinatário da ação de graças que a Igreja lhe eleva em união àquela que o Filho realizou com o dom da sua própria vida" (FERRARI, 2022, p. 66). Esta oração é um momento de encontro das assembleias, divina e terrestre para entoar um canto a um só Deus. Tratando desse assunto, Francisco Taborda destaca que:

A transição do prefácio ao Santo expressa a "teologia do Santo". Nesse momento, tomamos consciência de algo fundamental na celebração da eucaristia: a união das duas assembleias. Estamos reunidos para louvar a Deus e para suplicar. Mas só podemos fazê-lo de vez em quando. Não podemos passar o dia todo reunidos no louvor e na súplica a Deus. É verdade que toda a vida cristã é um ato de culto a Deus. Mas nem por isso o louvor permanente deixa de ser um ideal que só pode ser realizado por aqueles que são como que os

“profissionais” do louvor diante e junto de Deus porque já estão na visão beatífica, na comunhão plena e definitiva com Deus: são os anjos, os santos, todos os que morreram na amizade de Deus, mesmo que não tenham podido explicitar sua fé. Eles são irmãos e irmãs nossos (TABORDA, 2009, p. 109).

Podemos afirmar mais claramente através desta citação a nossa plena união com aqueles que já estão na glória de Deus, e mesmo assim se unem a nós para aclamar a santidade de Deus, como que em uma alusão a Jerusalém celeste, onde toda a obra da criação louva e bendiz a Deus por tudo aquilo que Ele fez.

Mais do que repetir as palavras “Santo, santo, santo é lahweh dos exércitos” (Is 6,3) e do povo que aclamou Jesus em Jerusalém “Hosana ao Filho de Davi! Bendito o que vem em nome do Senhor! Hosana no mais alto dos céus! (Mt 21,9), ou despertar a memória de que os serafins cantaram este hino, ele manifesta a unidade da Igreja terrestre com a Igreja celeste (JUNGMANN, 2009, p. 597).

Fruto da reforma conciliar, ao descrever o canto do Santo, a IGMR destaca um ponto importante: “Toda a assembleia, unindo-se aos espíritos celestes, canta o Santo. Esta aclamação, parte da própria Oração Eucarística, é proferida por todo o povo com o sacerdote” (IGMR, n. 79b). Diferente do Prefácio que é recitado, unicamente, por quem preside, a aclamação *Sanctus* manifesta a participação de todos ao único ato de culto que consiste em cumprir a ação de graças ao Pai. Por ser participação de todos, aconselha-se a execução de melodias que possibilitem o canto de toda assembleia.

Até antes da reforma, exigia-se que o presidente recitasse a oração, mesmo quando havia o canto do *Sanctus*. Jungmann lembra que foi na virada do séc. VII que o canto passou do povo para o grupo dos clérigos. O povo voltou a participar do canto tempos depois, mas foi progressivamente abandonada pela assembleia em razão da complexidade de suas melodias e da fraca participação (JUNGMANN, 2009, p. 598).

1.3 Epiclese

A epiclese (de *epi-kaleo, in-vocare*, "chamar sobre"), é a invocação que fazemos a Deus para que Ele envie o seu Espírito. A descrição da IGMR diz: "A Igreja implora por meio de duas invocações especiais a força do Espírito Santo para que os dons oferecidos pelo ser humano sejam consagrados, isto é, se tornem o Corpo e o Sangue de Cristo, e que a hóstia imaculada se torne a salvação daqueles que vão recebê-la em Comunhão" (IGMR, n. 79c).

Portanto, como já apontado acima no Ocidente temos duas epicleses. Uma sobre os dons, cujo sentido é invocar a força salvadora de Deus sobre os dons. Em nome de toda a comunidade o presbítero pronuncia a invocação impondo as mãos sobre o pão e sobre o vinho, para que Deus transforme no corpo e sangue de Cristo. E a segunda, sobre a comunidade, que participa da comunhão do corpo e sangue de Cristo, e por isso chama-se epiclese de comunhão, pois se pede a Deus que pelo Espírito a transforme e nos faça um só corpo e um só espírito. Sua finalidade é que a comunidade, participando desta comunhão se converta no corpo de Cristo e seja também ela mesma corpo único e unido de Cristo. Segundo Matteo Ferrari:

O texto da IGMR fala simplesmente da epiclese, mas, se formos ver no Missal Romano os textos das novas Orações Eucarísticas, descobrimos que as duas dimensões da epiclese que agora recordamos se encontram em pontos diferentes da OE. De fato, antes da narrativa da instituição, encontramos a invocação do Espírito para a transformação dos dons; depois da seção anamnese-oblação, por outro lado, se encontra a epiclese sobre a assembleia. O Espírito é invocado seja sobre os dons seja sobre a assembleia, mas, na realidade, não se trata de duas invocações separadas e separáveis. A transformação dos dons, de fato, não tem seu fim em si mesma, mas é em vista da transformação da assembleia, daqueles que participarão do Pão e do Cálice, no Corpo de Cristo" (FERRARI, 2022, p. 69).

A partir da pesquisa de Matteo Ferrari, é importante deixar claro que a atual divisão que nós temos hoje, em dois momentos, deve-se mais a uma escolha "pastoral" da Reforma Litúrgica, pois não as podemos compreender separadamente.

Na epiclese, pedimos para que Deus, assim como fez em toda obra da salvação, também hoje, nesta celebração eucarística, continue atuando por seu Santo Espírito. O Espírito é invocado para transformar os dons e a comunidade, é ele que atua sobre, e que deve agir naqueles que comungam o corpo e o sangue de Cristo para se fortalecer na fé e na verdade.

Invocamos o Espírito Santo para que, o mesmo Espírito que encarnou o Filho de Deus, produza também em nós, através da Eucaristia a sua eficácia de doador de vida. Esta invocação é feita sobre as oferendas e sobre o povo, a fim de santificar o pão e o vinho, mas também aqueles que ali se reúnem.

A epiclese nos faz confessar que é o Espírito que santifica, transforma, que dá a vida. O Espírito que no início do cosmos, pairando sobre as águas primordiais, encheu-as de vida, segundo o Gênesis. O Espírito que atuou no seio da Virgem Maria de Nazaré, e assim seu filho, que podia ser sido simplesmente “o filho de Maria e de José”, foi “o Filho de Deus”, por obra do Espírito. O mesmo Espírito que atuou no sepulcro e fez Jesus passar a uma nova vida de glória. O mesmo Espírito que em Pentecostes encheu de vida a primeira comunidade eclesial: é ele que atua agora sobre os dons Eucarísticos e sobre a comunidade, implorando o pão e o vinho à esfera de Cristo Ressuscitado e à comunidade orante (ALDAZÁBAL, 2010, p. 270-271).

O resgate e a ênfase dada a essa participação da assembleia dos fieis na oferta de si mesmos junto com o pão e o vinho ajudam a destacar a importância e o papel da assembleia durante a OE.

Como em Pentecostes o Espírito encheu de sua vitalidade a igreja nascente, agora, ao celebrar a Eucaristia de Cristo, a comunidade deseja transformar-se – ela mesma não só os dons do pão e do vinho – no corpo de Cristo. Se a primeira epiclese pedia a verdade do corpo eucarístico de Cristo, agora se tem em vista que podemos considerar como a finalidade última do sacramento: a construção e maturação do corpo eclesial de Cristo. E pedimos a Deus ambas as transformações, invocando a vinda de seu Espírito. A finalidade última da eucaristia é que a comunidade que a celebra, participando nesse pão, que se

converteu em corpo de Cristo, seja ela mesmo corpo único e unido de Cristo. O Espírito transforma o pão e o vinho para, através deles, transformar a comunidade e fazê-la crescer e amadurecer em sua união com Cristo (ALDAZÁBAL, 2010, p. 268).

Os fiéis não participam como meros espectadores, mas tomam parte na oferta dos dons e na oferta de si mesmos, pedindo à Deus que os conceda, por meio do seu Espírito a memória da Páscoa de Cristo, podendo participar do amor e da vida em comunidade, como frutos do sacramento. Desta forma, portanto, podemos entender o sentido da epiclese como invocação do Espírito, que é pedagogo, preparador, memória, animador e atualizador do mistério de Cristo na celebração litúrgica.

1.4 Narrativa da Instituição

Após a invocação do Espírito, ocorre a narrativa da Instituição. Diz a IGMR: "Quando pelas palavras e ações de Cristo se realiza o sacrifício que ele instituiu na última Ceia, ao oferecer o seu Corpo e Sangue sob as espécies de pão e vinho, e ao entregá-los aos apóstolos como comida e bebida, dando-lhes a ordem de perpetuarem este mistério" (IGMR, n. 79d). Importante destacar que "na narrativa da instituição, os gestos de Jesus são narrados e não repetidos obedecendo à ordem de perpetuar sua memória" (FERRARI, 2022, p. 73).

A narração não se dirige à assembleia, mas ao Pai, referindo-se ao que Jesus mandou fazer, para que (Ele, o Pai) ouça a nossa súplica e transforme o pão e o vinho no corpo e no sangue de Cristo, para sermos seu corpo eclesial. Por isso que não faz sentido o presidente da celebração que profere o relato da instituição se dirigir a assembleia com gestos mostrando a patena e o cálice.

O relato da última ceia é o momento em que proclamamos o mistério de Cristo, com convicção de que ele mesmo por seu Espírito atualiza para nós na celebração, sem perder o tom de louvor dirigido ao Pai e apresentando as palavras e gestos sobre o pão e vinho, em íntima conexão com a morte de Cristo que nos salvou.

Como no organismo vivo, o coração não pode ser isolado do conjunto dos outros órgãos, assim também na OE, esse momento também não pode ser confiado

a um isolamento áureo. Entretanto, com o passar dos séculos, foi-se destacando cada vez mais este momento (a “consagração”) das demais partes que compõe a OE. Segundo Jungmann, às vezes este momento se dá com ênfase (na impressão escrita e na dicção oral) e outras vezes precisamente com o silêncio em sua pronúncia (JUNGMANN, 2009, p. 597). Da mesma forma nos diz Ferrari:

O sujeito da ação de graças é o “nós” da assembleia celebrante e não o “eu” de quem preside, assim também, para a narrativa da instituição, o sujeito envolvido é toda a assembleia, mesmo se quem a pronuncia é unicamente o presidente. Portanto, durante a OE, não deveria existir, mesmo levando em conta as diversas funções ministeriais, diferenças de atitude da assembleia em relação a quem preside. Esse aspecto se torna muito evidente, por exemplo, na posição do corpo. Durante a narrativa da instituição, também segundo as normas da IGMR, a posição da assembleia é “de joelhos” (IGMR, n. 43), enquanto a de quem preside é em pé. Para exprimir que todos realizam, embora na diversidade de ministérios, o único ato de elevar ao Pai a oração de ação de graças, não seria mais adequado pensar em uma única posição que indique uma mesma atitude seja para os ministros seja para toda a assembleia? (FERRARI, 2022, p. 78).

Comprendemos, portanto, que a teologia da OE diz uma coisa, no sentido da unidade da prece eucarística, e as orientações da IGMR dizem outra. Seria importante uma reflexão mais aprofundada para permitir uma maior participação ativa da parte dos fiéis na celebração da Eucaristia.

1.5 Anamnese e oblação

Após a narração, a Igreja celebra a memória do mesmo Cristo, recordando de modo particular a sua bem-aventurada paixão, gloriosa ressurreição e ascensão aos Céus. Dessa maneira trazemos presente o mandamento de recordar aquilo que o próprio Cristo fez, atualizando assim seu mistério. Durante toda a OE fazemos memória de Cristo, no entanto, percebemos nitidamente, através das palavras, o caráter memorial do mistério de Cristo no momento da *anamnese*.

As partes da *anamnese* e oblação indicados pela IGMR são tratadas de forma conjunta já que entre eles existe uma intrínseca ligação. A respeito da *anamnese* diz a Instrução: "Cumprindo a ordem recebida do Cristo Senhor através dos Apóstolos, a Igreja faz a memória do próprio Cristo, relembrando principalmente a sua bem-aventurada paixão, a gloriosa ressurreição e a ascensão aos céus" (IGMR, n. 79e).

Vamos nos ater ao primeiro momento ao caráter memorial: Nos reportamos ao sinal vivo e eficaz de Cristo crucificado e ressuscitado, que se personifica sobre a cruz e age continuamente em favor de toda humanidade e celebrada liturgicamente exprime a eficácia da obra de Deus. Não sendo somente uma recordação subjetiva e sim a atualização do fato que se recorda.

Segundo Aldazábal, A Eucaristia como *anamnese* e memorial "é celebração na qual o próprio Senhor, a partir da sua existência gloriosa, torna presente, hoje e aqui, à sua comunidade celebrante, a força salvadora do acontecimento da sua Páscoa. A celebração litúrgica refere-se sempre as intervenções salvíficas de Deus na história" (ALDAZÁBAL, 2010, p. 30).

É oferta, pois remete aos sinais sacramentais da sua entrega ao Pai, até a morte, do sacrifício espiritual do mártir Jesus. É a visibilidade do pão e do vinho, e requerem nossa participação na entrega de Jesus, pela força do Espírito Santo. É um componente irrenunciável da *anamnese* ou memorial, pois é o momento do ofertório por excelência de toda OE.

Em relação a oblação a IGMR afirma:

A Igreja, em particular a assembleia atualmente reunida, realizando esta memória, oferece ao Pai, no Espírito Santo, a hóstia imaculada; ela deseja, porém, que os fiéis não apenas ofereçam a hóstia imaculada, mas aprendam a oferecer-se a si próprios, e se aperfeiçoem, cada vez mais, pela mediação do Cristo, na união com Deus e com o próximo, para que fielmente Deus seja tudo em todos (IGMR, n. 79f).

No momento da oblação de modo especial a Igreja que está reunida em torno do altar, a Igreja dos vivos, oferece ao Pai a hóstia imaculada. Neste momento acontece o verdadeiro ofertório da Missa. Ofertando a Deus Pai o memorial -

realizando agora esta memória - da Páscoa de seu Filho amado no pão e no vinho feitos agora eucaristia. Este é o momento em que além de fazer memória da Santa Ceia, antecipamos também a ceia escatológica do Reino.

Ambos, memorial e oferta, nos possibilitam assumirmos um compromisso de vida e de transformação pessoal, no seguimento de Jesus até que o Reino esteja totalmente instaurado. É desejo de toda a Igreja, sobretudo neste momento, que os fiéis ofertem também sua própria vida, e junto com a hóstia consagrada realizem uma perfeita união com Deus, até que o tempo se cumpra e "Deus seja tudo em todos" (1Cor 15, 28).

1.6 Intercessões

No tocante a esse momento específico da OE, nos diz a IGMR: "[Pelos intercessões] se exprime que a Eucaristia é celebrada em comunhão com toda a Igreja, tanto celeste como terrestre, que a oblação é feita por ela e por todos os seus membros vivos e defuntos, que foram chamados a participar da redenção e da salvação obtidas pelo Corpo e Sangue de Cristo" (IGMR, n. 79g).

As intercessões constituem o momento em que afirmamos que aquela Eucaristia é celebrada em comunhão com toda a Igreja, triunfante, com seus santos e anjos que já vivem a plena glória no céu; militante, com seus pastores e povo reunido em assembleia; e padecente, lembrando assim dos nossos irmãos defuntos que morreram na paz do Cristo e suplicamos que eles sejam recebidos com a amor Vossa casa.

"Nas intercessões, é explicitado e invocado o fruto da Celebração Eucarística que é a unidade e a comunhão" (FERRARI, 2022, p. 82). Por isso reza-se pelo Papa e pelo bispo da Igreja local, exprimindo que a Eucaristia é celebrada em comunhão com toda a Igreja, apresentando intercessões pela hierarquia, pelos falecidos e pelos santos, chamando todos a tomar parte da redenção e salvação adquirida pelo Corpo e Sangue de Cristo. As intercessões voltam o nosso olhar aos muitos outros seguimentos do Corpo de Cristo dispersos pelo mundo.

Chamando-nos a tomar parte na redenção e salvação dada pelo Corpo e Sangue de Cristo, este momento tem por função maior nos mostrar que não estamos

sozinhos celebrando aquela Eucaristia, mas estamos todos unidos em torno de um mesmo altar, anjos, santos, mortos e vivos. Lembramos também do poder da intercessão neste momento, onde nos recomendamos a nossa proteção e pedidos, de forma especial lembramos neste momento da Sempre Virgem Maria, seu esposo São José e os Apóstolos.

Vale ressaltar que as intercessões se distinguem das preces dos fiéis, pois o Presidente une à intercessão de Cristo o desejo de que a igreja acentue o tom da comunhão eclesial pela maturação como “Corpo de Cristo” (Rm 12,5).

O sentido é importante: nós celebramos a eucaristia não como um grupo particular, mas unidos a toda a igreja e em especial com seus pastores. Não estamos inventando-a aqui e agora, ela tem laços de comunhão com a comunidade que se espalha por toda a terra e com a comunidade que vem celebrando a eucaristia há vinte séculos como seu sacramento central, por encargo de Cristo e vivendo o exemplo da comunidade apostólica. Histórica e geograficamente estamos unidos a eles. Não somos os primeiros nem somos os únicos (ALDAZÁBAL, 2010, p. 276).

Assim, a comunidade participará efetivamente da OE, como Corpo Eclesial de Cristo, na esperança de que “Deus seja tudo em todos” (1Cor 15, 28), atendendo assim a exigência da sua própria natureza, que é a participação ativa, consciente, plena e frutuosa.

1.7 Doxologia

O último elemento da OE recordado pela IGMR é a doxologia: “A doxologia final que exprime a glorificação de Deus, e é confirmada e concluída pela aclamação Amém do povo” (IGMR, 79h). Podemos afirmar a partir de nosso estudo que “toda a OE é doxológica, isto é: palavra (*logos*) de louvor (*doxa*) dirigida a Deus”, (DEISS, 1998, p. 101). Portanto, após ter glorificado a Deus Pai e ter-lhe rendido graças pela obra da salvação, concluímos através de uma doxologia final pela qual o glorificamos e a assembleia, tendo acolhido no silêncio ativo a doxologia aclama “Amém”.

Essa aclamação não apenas conclui o pequeno trecho oracional, mas confirma toda a OE. Esta característica de ação de graças já era testemunhada por São Justino, conforme apontado no início do nosso texto: "Aquele que preside aos irmãos é oferecido pão e uma vasilha com vinho e água; pegando-os, ele louva e glorifica o Pai do universo através do nome do seu Filho e do Espírito Santo, e pronuncia uma longa ação de graças e o povo aclama: Amém" (JUSTINO, 1995, n. 65,3).

O Amém pertence a todos os fiéis, os quais manifestam, também nesse momento, o seu sacerdócio batismal. A ação de graças, o louvor, a oferta não está completa sem a anuência da assembleia, povo sacerdotal que, juntamente com o ministro ordenado, eleva ao Pai sua grande ação de graças.

CONCLUSÃO

Em meio a tantos escritos e formações que estão sendo ministradas para a recepção da 3ª edição típica do Missal Romano de Paulo VI, a partir do Primeiro domingo do Advento o intuito desse artigo em meio a tanto barulho que vimos nas redes sociais, foi nos fazer compreender o valor e o sentido de todos os elementos que compõem a Prece Eucarística na sua inteireza.

Assim como o Missal tão aguardado é fonte de vida espiritual, cabe a todos nós darmos o passo de passarmos do Livro à Celebração. Tristemente ainda nos deparamos com muitas comunidades que encontram dificuldades para bem viver e celebrar esse momento ritual da OE.

Por parte dos que a presidem, não poucas vezes é feito de maneira apressada, de qualquer jeito, com improvisações e cacoetes que confundem a teologia do momento ritual. Por consequência, a assembleia também vê nesse momento, ocasião para divagar em seus pensamentos ou mesmo para exercer suas práticas individuais de espiritualidade, num intimismo muitas vezes prejudicial ao verdadeiro espírito da liturgia.

Com esse artigo, pretendo contribuir para que juntos possamos redescobrir o valor teológico e espiritual dessa belíssima e profunda oração da Igreja. Faço isso na convicção de que uma inserção no mistério eucarístico é essencial para infundir na

vida cristã um novo impulso de comunhão e de fraternidade que ultrapassam os limites da celebração, na construção do Reino de Deus já aqui na terra, enquanto caminhamos para o banquete celestial do Cordeiro, onde, sentados à mesa, celebraremos a Festa da Vida.

REFERÊNCIAS

ALDAZÁBAL, José. *A Eucaristia*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

BUYST, Ione. *A missa: memória de Jesus no coração da vida*. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. *Instrução Geral do Missal Romano e Introdução ao Lecionário*. Brasília: Edições CNBB, 2023.

DEISS, Lucien. *A missa na comunidade Cristã*. Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1998.

FERRARI, Matteo. *A Oração Eucarística – uma “obra” reaberta pelo Concílio*. Brasília: Edições CNBB. 2022. (Coleção Vida e Liturgia da Igreja v. 7).

JUNGMANN, Josef. *Missarum Sollemnia: origem, liturgia, história e teologia da missa romana*. São Paulo: Paulus, 2009.

JUSTINO. *I e II Apologias. Diálogo com Trifão*. São Paulo: Paulus, 1995.

TABORDA, Francisco. *O memorial da Páscoa do Senhor: ensaios litúrgico-teológicos sobre a eucaristia*. São Paulo: Loyola, 2009.

Capítulo IV¹

DUALISMO EUCARÍSTICO E JUSTAPOSIÇÃO DE MODELOS

EUCCHARISTIC DUALISM AND JUXTAPOSITION OF MODELS

Bruno Ferreira²

Agemir Bavaresco³

INTRODUÇÃO⁴

Zeno Carra identifica, de um lado, no modelo tomasiano, o “dualismo eucarístico”, isto é, essa teoria dualista tem fortes impactos na prática litúrgica em geral e na prática eucarística, em especial. Nós não abordaremos os efeitos práticos desse modelo, porém, explicitaremos, brevemente, sua estruturação e problemas teóricos. De outro, a *Sacrosanctum Concilium* incorpora os avanços do movimento litúrgico do século XX e, ao mesmo tempo, reproduz a tensão dualista, justapondo o modelo antigo e o novo. O desafio é estudar o conceito de transubstanciação tomasiano para problematizar o dualismo da presença de Cristo na eucaristia e as implicações na prática eucarística; além de reconstruir o modelo de justaposição da *Sacrosanctum Concilium* para explicitar o desafio de uma ação teológico-litúrgica na perspectiva ontológico-relacional do evento eucarístico proposto por Zeno Carra.

1 DUALISMO EUCARÍSTICO EM TOMÁS DE AQUINO

No século XI, as divergências sobre a teologia eucarística herdaram duas posições: de um lado, os que reduzem a eucaristia a um sinal fraco que leva ao

¹ DOI – <https://doi.org/10.36592/9786554601184-04>

² Mestrando em Teologia no Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), bolsista CAPES. <https://orcid.org/0009-0007-9576-4546>
Contato: bruno.ricardo76@edu.pucrs.br

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). <https://orcid.org/0000-0002-7967-4109> Contato: abavaresco@pucrs.br

⁴ Este texto foi publicado como artigo na *Revista de Cultura Teológica*. Ano XXXI, Nº 105 Mai - Ago 2023. Disponível em <DOI - 10.23925/rct.i105.63052>

esvaziamento da fé eucarística; de outro, os que afirmam a realidade física do corpo e sangue de Cristo numa atitude fisicista na presença físico-sensorial de Cristo nas espécies eucarísticas, não compreendem a eucaristia como sacramento, ou seja, o acesso ritual através dos sinais celebrados, “não coincide como tal com o nível físico-terrestre do evento de Cristo”, assim posto, “o antigo binômio figura-veritas foi carregado de uma antítese tão exasperada que, ou se cai na heresia por pouca fé, ou se cai no fisicismo grosseiro” (CARRA, 2021, p. 32-33).

A oposição entre o simbolismo figurativo e o fisicismo empírico levam a uma antítese dualista, que Tomás de Aquino tenta resolver na *Suma Teológica* (2003), nas questões 73-83. O autor começa fazendo uma analogia nutricional da eucaristia com o “alimento espiritual”, estabelecendo um paralelismo dualista e não uma relação ontológica intersubjetiva⁵ entre vida corporal e espiritual, que determinará um dualismo eucarístico em toda sua análise posterior (CARRA, 2021, p. 33). Começamos com o conceito de transubstanciação.

1.1 Transubstanciação e o dualismo substância/acidente

Em um primeiro momento e para fins de revisão conceitual, reconstruímos a teoria da transubstanciação de Tomás de Aquino. Neste sentido, substância e acidente foram usados para explicar o processo de conversão das espécies do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo. Esse par de conceitos oriundos da filosofia aristotélica é inseparável, pois a substância é o elemento permanente e imutável e o acidente é inerente à substância, porém se modifica e dá a aparência quer seja em forma, cor ou tamanho para o primeiro elemento (SCHMAUS, 1980, p. 69).

Na época Patrística, é possível perceber a preocupação dos teólogos na definição do conceito da eucaristia como pode ser encontrado na teologia de Santo Agostinho. Segundo Zilles (1995, p. 161), a eucaristia, naquela época, era entendida como um acontecimento dinâmico-eclesiológico cujo acento estava naquele que

⁵ Tema desenvolvido em artigo de Agemir Bavaresco e Danilo Vaz Costa: Uma ontologia eucarística intersubjetiva. *Revista de Cultura Teológica*. n. 101 (2022): JAN/ABR – XXX. Disponível em <https://doi.org/10.23925/rct.i101.55692>

recebe a comunhão. Essa concepção incide diretamente na Igreja, pois aqueles que recebem são transformados em um único pão e num único corpo.

No período da escolástica, surgem alguns problemas referentes à presença real de Cristo na eucaristia. Segundo Schmaus (1980, p.64), o monge beneditino Pascásio Radberto defendia que, nas espécies eucarísticas, havia, de fato, o corpo e o sangue de Cristo. Posteriormente, essa teoria foi retomada por Lanfranc de Bec que a levou ao extremo, ao afirmar que esse fisicismo acontecia de forma milagrosa (ZILLES, 1995, p. 162). O conteúdo dessa afirmação realista não levava em conta a dimensão sacramental da eucaristia. Se essa doutrina estivesse correta, a eucaristia possuía um caráter fisicista, desse modo, o fiel poderia, de fato, tocar no corpo histórico de Cristo.

A segunda controvérsia que surge, na mesma época, foi trazida por Berengário de Tours opondo-se às razões fisicistas da eucaristia. Essa nova teoria foi elaborada de um conceito equivocado sobre substância na filosofia e, por isso, provocava o esvaziamento da eucaristia (SCHMAUS, 1980, p. 65). No entender de Berengário, a substância era a soma de propriedades de uma coisa e, dessa forma, não poderia haver a transformação do pão em corpo e do vinho em sangue de Cristo. Logo, a eucaristia é reduzida a um sinal (ZILLES, 1995, p. 162), ou seja, as espécies são sinais de Cristo (ALDAZÁBAL, 2002, p. 185).

O conceito de transubstanciação foi, de fato, incorporado ao arcabouço teológico a partir do IV Concílio do Latrão, no pontificado de Inocêncio III, em defesa das divergências do fisicismo e do simbolismo (POWERS, 1969, p.28). Contudo, o uso de elementos limitantes como a linguagem, a inteligência humana e as experiências pessoais e comunitárias para definir o conceito de um mistério tão complexo e profundo como a eucaristia necessita de mais desdobramentos. Logo, a doutrina da transubstanciação desenvolvida por Tomás de Aquino com base no conceito aristotélico não esgotou o significado da presença real de Cristo na eucaristia, de modo que se abre espaço para o debate teológico.

O contexto em que se deram os debates da presença real de Cristo na eucaristia herda muitas discussões entre teólogos que, por vezes, pareciam meras especulações teológicas. Assim sendo, Tomás de Aquino enfrenta esse debate esclarecendo que a transubstanciação é um elemento da Revelação, no qual há a

conversão da essência do pão e do vinho na essência do corpo e do sangue de Cristo (SCHMAUS, 1980, p. 70). Neste sentido, os vocábulos como transformar ou tornar eram usados para expressar o processo de conversão das espécies do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo (ALDAZÁBAL, 2002, p. 187).

Diante dessas controvérsias a respeito da presença real de Cristo na eucaristia, Powers destaca que houve uma penetração da filosofia aristotélica na teologia medieval naquilo que se definiria a doutrina da transubstanciação (cf. Powers, 1969, p.28). Neste sentido, é possível perceber que as narrativas bíblicas desconheciam o aparato conceitual que, posteriormente, fora desenvolvido para definir esse termo. Há também uma distinção de significado entre o primeiro e o segundo milênio. Enquanto no primeiro milênio acentua-se uma presença dinâmica de Cristo como acontecimento, no segundo milênio, o acento dá-se no elemento objetivo da eucaristia (ZILLES, 1995, p. 159).

A presença de Cristo ocorre em várias situações além da eucaristia, como, por exemplo, na reunião de pessoas em nome Dele, na caridade que cada pessoa realiza em favor de algum necessitado ou no conforto para os doentes (GERARDI, 2003, p. 764). A presença de Cristo acontece nas espécies do pão e do vinho consagrados.

Na verdade, toda a substância do pão se converte em toda a substância do corpo de Cristo, e toda a substância do vinho em toda a substância do sangue de Cristo. Portanto, esta não é uma conversão formal, mas substancial. E não está incluída entre as espécies de mutações naturais, mas com o seu próprio termo pode ser chamada de transubstanciação (ST III, 75,4).

A doutrina da transubstanciação pode ser descrita de forma suscinta em duas realidades (ALDAZÁBAL, 2002, p. 187). A primeira incide na mudança que está por baixo ou pela realidade que não é perceptível aos olhos, isto é, ela ocorre no nível da substância. Já a segunda realidade refere-se ao fenômeno, isto é, à realidade da matéria (os acidentes) que os sentidos percebem, não muda.

Na obra *Hoc Facite*, Zeno Carra reconstrói o conceito de transubstanciação e aborda, criticamente, o uso dualista elaborado por Tomás para resolver os problemas herdados da presença de Cristo na eucaristia no século IX. Na concepção

aristotélico-tomista, os conceitos de substância e acidente possuem, como significado, aquilo que é permanente e contingente, porém Carra argumenta que, na escolástica, essa chave conceitual está em oposição. O núcleo da teoria da transubstanciação está no termo substância de origem aristotélica, cujo uso, na escolástica, é problemático. Tomás move-se entre vários significados de substância e aplica-os para explicar a eucaristia, sendo que ele acaba oscilando "entre duas polaridades, a mais genérico-universal e a mais ôntico-singular" (CARRA, 2021, p. 36), ou seja, entre a dualidade substância e acidente.

Tomás define a transubstanciação como um processo de mudança ou conversão substancial em que toda a substância do pão e do vinho se transforma em corpo e sangue de Cristo. A conversão dessas espécies ocorre no nível da substância, não o sendo no nível do acidente. As espécies consagradas permanecem com os mesmos aspectos acidentais, isto é, os sentidos humanos continuam percebendo a forma, a cor e a aparência de cada uma delas. Portanto, a presença de Cristo dá-se no nível fundamental da substância, conforme explica Carra ao reler os escritos de Tomás de Aquino (CARRA, 2021, p.37).

O autor resgata os conceitos de aniquilação e consubstanciação a fim de deixar claro que esse processo é, de fato, uma mutação na substância, que ocorre instantaneamente por meio das palavras proclamadas pelo sacerdote (CARRA, 2021, p. 38). A transubstanciação é diferente dos conceitos de aniquilação e consubstanciação, pois o modo como acontece a conversão das substâncias não é a substituição de uma substância pela outra e nem a coexistência da antiga e da nova substância, como no caso daqueles dois conceitos. Contudo, a tensão volta-se para a explicação de que bastariam as palavras consagratórias e um sacerdote, devidamente ordenado pela Igreja, para ocorrer a transubstanciação das espécies. Esse reducionismo traz o risco de excluir os demais elementos que são constitutivos da ceia, como a reunião dos fiéis e o elemento histórico. Esse modelo levado ao extremo poderia tornar a eucaristia como um ato mágico, deixando-a descontextualizada da ação instituída por Cristo na última ceia. Além disso, o reducionismo enfraqueceu a identificação da presença de Cristo na Palavra, na oração eucarística e na comunhão (GRILLO, 2017, p. 38).

O conceito de transubstanciação foi aplicado por Tomás para solucionar o problema do fisicismo e o sinal ocasional. Ao primeiro, Aquino nega que os atos rituais tocam diretamente na hóstia na carne de Cristo; e ao segundo, o sinal ocasional de Berengário, ele afirma que, pela mediação do sacramento, ocorre a real entrega de Cristo.

1.2 Dualismo no pão e no vinho

A análise da presença real de Cristo no sacramento da Eucaristia traz duas questões: o modo da presença de Cristo no sacramento e a permanência dos acidentes defendida por Tomás. Embora o teólogo escolástico tenha se cercado de argumentos filosóficos para sustentar os pressupostos da fé, essa teoria ainda apresenta lacunas na opinião de Carra (CARRA, 2021, p. 38).

1) *O modo da presença de Cristo no sacramento*: Tomás tentou solucionar o problema que o fisicismo trouxe sobre a questão de mastigar a carne de Cristo. A solução encontrada foi definir que Cristo está todo presente em ambas as espécies, tanto em virtude do sacramento como pela concomitância natural a qual não poderia separar uma espécie da outra (CARRA, 2021, p. 39). Surge, dessa forma, um novo problema sobre a necessidade de consagrar o vinho. Dessa vez, a solução encontrada para combater o fisicismo foi dar um sentido que remetesse ao significado do sangue derramado na cruz. A fim de combater outra objeção sobre a localização da presença de Cristo nas espécies, Tomás abriu uma fenda abissal entre a substância e os acidentes (CARRA, 2021, p. 40). A argumentação filosófica em se tratando do pão e do vinho considera que os acidentes são sustentados pelas próprias substâncias. No entanto, o problema surge ao ligar as substâncias do corpo e do sangue de Cristo aos acidentes do pão e do vinho e não encontrar sujeitos correspondentes.

2) *A permanência dos acidentes*: O segundo problema é a análise sobre a presença de Cristo nos acidentes. Os sentidos afirmam que a oferta apresentada como pão e como vinho corresponde às substâncias próprias de cada espécie, logo afirmar que, no caso da transubstanciação, os acidentes são sustentados pela substância de um corpo humano em estado de glória parece um tanto absurdo (cf.

Carra, 2021, p. 43). Na transubstanciação, no "sacramento, os acidentes permanecem sem sujeito. E a coisa é possível pela virtude divina" (ST III,77,1; apud: CARRA, 2021, p. 44, nota 77). Expresso em outros termos:

a condição de possibilidade desta exceção filosófica, é o poder de Deus que as opera: Deus como causa primeira, pode excepcionalmente operar diretamente sobre a criatura sem a mediação ordinária da segunda causa. Nesse caso, Deus permite a real subsistência dos acidentes sem a intervenção de uma substância. A eucaristia é, de fato, evento miraculoso sobrenatural, análogo à concepção virginal de Jesus (CARRA, 2021, p. 44).

Assim sendo, foi necessária uma revisão dos conceitos de substância e acidentes no que diz respeito ao sujeito. O teólogo afirma o seguinte: "Portanto, a expressão 'ente por si sem sujeito' não é a definição da substância. E nem 'ente em um sujeito' é a definição do acidente, mas sim diremos que à quiddidade ou essência da substância 'compete de existir sem sujeito', e à quiddidade ou essência do acidente 'compete de existir em um sujeito'" (ST III; 77, 1, ad,2 apud: CARRA, 2021, p. 44, nota 81). A partir da definição anterior que o acidente existe em uma substância e que, no caso da eucaristia, o acidente permanece o mesmo quando ocorre a conversão da substância, Tomás complementa que há uma subsistência autônoma para os acidentes eucarísticos. Neste caso, quem assume a função de sujeito é o acidente intrínseco da quantidade ou dimensão. Esse sujeito é o que seria a substância antes e depois da conversão, em outras palavras, é o sujeito convertido que permanece na espécie.

Carra analisa, depois, a doutrina tomista sobre a presença de Cristo no sacramento da Eucaristia, abordando, brevemente, as questões sobre a forma; os efeitos; o uso; o ministro e o rito desse sacramento. Ele aponta as contradições.

1.3 Dualismo sacramental

a) *A forma do sacramento*: Quanto à causa formal do sacramento, Tomás enfatiza o uso exclusivo das palavras consagratórias (*forma sacramenti*) para que

ocorra a transubstanciação, isto é, a eucaristia torna-se sacramento se a forma alcançar a matéria e, assim, mudará a substância (CARRA, 2021, p. 46). Além disso, para que a conversão das espécies em sacramento seja eficaz, é essencial que o rito de consagração seja realizado por um sacerdote ordenado, o qual fará a mediação da Igreja.

A objeção realizada por Carra em relação às palavras exatas da consagração é que elas excluem a ação dinâmica do rito em uma visão reducionista. A ênfase recai somente na realidade do sacramento que comporta práticas estáticas como conservar, distribuir e receber a eucaristia em detrimento do mistério que comporta ações dinâmicas como celebrar, oferecer e atuar.

b) *Os efeitos do sacramento*: extrinsecismo eclesial e justaposição de sacramento e sacrifício: Na esfera dos efeitos que o sacramento opera naquele que o recebe, Zeno aponta consequências trazidas pelo modelo tomasiano: “ênfase na dualidade antropológica de acesso a ele (espiritual e sacramental); a extrinsecidade do momento eclesiológico dos efeitos do sacramento; a separação e justaposição da dimensão sacrificial daquele sacramental” (CARRA, 2021, p. 48).

No que se refere ao efeito externo eclesial (extrinsecismo), não há “uma conexão direta entre a celebração eucarística e a unidade eclesial” (CARRA, 2021, p. 50); ao contrário, temos “uma concepção corporativo-organicista da igreja concebida como consequência/produto da eucaristia e não mais como seu momento intrínseco”, mas algo externo a ela.

A justaposição de sacramento e sacrifício no que se refere à eucaristia diz respeito ao problema do perdão dos pecados: “A eucaristia é sacramento enquanto comunica a graça, sacrifício enquanto é representação da paixão de Cristo. Ele distingue entre o benefício de quem recebe sacramentalmente o corpo de Cristo e o benefício daqueles que não o recebem” (CARRA, 2021, p. 52). Em virtude da manducação eucarística, os fiéis beneficiam-se dos efeitos do sacramento e do sacrifício de Cristo. Já aqueles que não recebem a eucaristia beneficiam-se apenas do sacrifício de Cristo. O benefício deriva do fato da missa ser celebrada, independentemente de ter se aproximado da comunhão: “A multiplicação da celebração das missas leva a um benefício maior na medida em que os sacrifícios a Deus se multiplicam” (id. p. 53). É oportuno explicar que a ordem da eucaristia

oferecida ao ser humano foi invertida, pois Deus não necessita de sacrifícios oferecidos a ele, mas o ser humano é quem necessita da graça de Deus.

c) *Uso do sacramento e dualismo antropológico*. Quanto ao uso do sacramento, Carra apresenta a refeição espiritual e sacramental descritas por Tomás de Aquino que levam a um dualismo antropológico (CARRA, 2021, p. 54). A finalidade do sacramento é a refeição espiritual que ocorre por meio do consumo das espécies eucarísticas. Já os efeitos do sacramento podem ser alcançados de duas formas, sendo a primeira com a recepção do sacramento e a segunda apenas pelo desejo, ou a chamada comunhão espiritual. No entanto, a refeição espiritual da segunda forma não alcança o modo pleno do sacramento. O dualismo antropológico que Carra alerta está implícito no modo como o fiel recebe a eucaristia, pois, em primeiro lugar, está o benefício para a alma e, em segundo lugar, o corpo se beneficiará com a salvação da alma (CARRA, 2021, p. 55).

Os dualismos que o autor analisa manifestam-se de diversas formas como foram anteriormente citados e agora manifestam-se em alma-corpo, refeição sacramental-espiritual e sentidos-intelecto (CARRA, 2021, p.59). Essas polaridades apresentam, como pano de fundo, a especulação gnosiológica, a prática litúrgica e devocional da eucaristia refletindo nas diversas áreas da teologia.

d) *O fundamento cristológico*: Carra detecta a linha fundamental subjacente a todo o tratado de Aquino: a eucaristia é (i) sacramento da presença da carne e do sangue de Cristo e (ii) é o sacramento de sua paixão como valor sacrificial. O fundamento cristológico é parcial, porque ele "sustenta a centralização ôntica" das espécies dos entes do pão e vinho. Portanto, "um sacramentário concebido nos termos da metafísica do ente encontra seu adequado suporte em um restrito fundamento cristológico" (CARRA, 2021, p. 62), ou seja, o fundamento cristológico tomasiano é, ainda, o da metafísica do ente.

Carra ainda apresenta o ministro e o rito do sacramento, porém, o que já se reconstruiu é suficiente para explicitar os problemas dualistas que permanecem na doutrina de Aquino. O dualismo alma-corpo atravessa o tratado eucarístico baseado na ontologia da transubstanciação. Esse paralelo dualista aparece no ato de conhecer dos sentidos-intelecto que permite ao crente ter acesso à eucaristia a partir da distinção entre acidente-substância. Os acidentes aparecem aos sentidos e são

um meio de acesso à substância que só é alcançável pelo intelecto. Não é possível separar esses dois níveis do conhecimento do real, conforme a teoria aristotélica. Carra pensa que Aquino muda essa teoria:

A operação realizada por Tomás para dar razões do mistério da eucaristia, de separação realmente possível dos acidentes, subsistindo autonomamente e operando no nível sensorial, de uma substância que não é adequada para eles e, portanto, não serve como sujeito, em nossa opinião, compromete a unidade real da gnoseologia aristotélica (CARRA, 2021, p. 57).

O intelecto, na eucaristia alcança a substância sobrenatural do corpo e sangue de Cristo naquilo que os sentidos percebem nos acidentes do pão e do vinho. Há um hiato entre os sentidos e a substância de Cristo no plano do conhecimento, porque os sentidos não alcançam a realidade metafísica, que é apenas apreendida pelo intelecto iluminado por um ato de fé. Ora, “isso instaura uma dualidade real e não apenas lógica nas faculdades cognitivas quanto à eucaristia: sentidos e intelecto” (CARRA, 2021, p. 57).

Enfim, foram explicitados os dualismos presentes na doutrina eucarística de Tomas:

sacramento-sacrifício; refeição sacramental-refeição espiritual; corpo-alma; acidentes-substância; sentidos-intelecto. Parece que podemos afirmar que, no fundo, a linha divisória que os separa é a mesma, situada nas várias áreas: dogmática, litúrgica, antropológica, ontológica e gnoseológica (CARRA, 2021, p. 59).

Esses dualismos não apenas dizem respeito à especulação, mas também impactam na prática litúrgica e devocional da eucaristia. De um lado, esse é o modelo que perdura por mais de cinco séculos e ainda se justapõe em nossas teorias e práticas dualistas que separam fé e realidade eucarística; de outro lado, o Vaticano II enfrenta e propõe, igualmente, um modelo para compreender a presença de Cristo na eucaristia, porém, a justaposição continua entre o modelo anterior e o novo. Assim posto, o desafio de unir prática e teoria eucarística implica mais coragem teórica e

prática profética, do que diplomacia eclesiástica que o Papa Francisco diagnostica como "carreirismo eclesiástico" ou "clericalismo autorreferencial"⁶.

2 JUSTAPOSIÇÃO DE MODELOS: SACROSANCTUM CONCILIUM

A constituição litúrgica *Sacrosanctum Concilium* (SC) explicita as linhas teológicas e as orientações práticas emanadas pelo Vaticano II e implementadas por Paulo VI. Zeno Carra foca nos capítulos I e II da SC, porque o primeiro trata dos princípios teológicos gerais da liturgia e o segundo, da reforma da celebração eucarística. O autor verifica em que medida o debate conciliar tinha consciência das implicações entre os dois modelos (tridentino e Vat. II) e, ao mesmo tempo, apontar para o sentido do texto conciliar além da consciência histórica imanente dos participantes do evento conciliar (CARRA, 2021, p. 174).

É importante distinguir os objetivos de cada Concílio tendo em vista os desafios que cada um deles queria responder. Trento sancionou a teologia dogmática desenvolvida no século XIII por Tomás de Aquino a fim de combater as heresias dos reformadores. Era uma posição de defesa da fé em um registro marcadamente apologético e, para isso, apoiava-se em um modelo ôntico dualista (CARRA, 2021, p. 174). Outro é o contexto do Vaticano II, no século XX, que é o de explicitar a presença real de Cristo na eucaristia e a atualização da prática eclesial no diálogo com o mundo (CARRA, 2021, p. 174). Vejamos a proposta da SC para superar o modelo ôntico dualista eucarístico.

- a) *Doutrina sacramental vs. Celebração litúrgica*: Passados cinco séculos de vigência de Trento, esperava-se que a teologia dogmática tivesse avançado em relação à teologia do sacramento da eucaristia. No entanto, Carra constata que

ao empreender esta pesquisa, esperávamos uma certa consciência do fato que uma reforma da liturgia eucarística não deixaria indiferente o plano dogmático

⁶ "Por favor, fujam do carreirismo eclesiástico; é uma peste", disse o Papa Francisco. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/566384-francisco-aos-bispos-e-sacerdotes-espanhois-por-favor-fujam-do-carreirismo-eclesiastico-e-uma-peste-nao-se-esquecam-disso-o-diabo-entra-pelo-bolso>

da teologia sacramental. Esta nossa expectativa encontrou uma confirmação decididamente limitada: os padres conciliares ainda estão bloqueados pela **dualidade** (grifo nosso) indicada acima pelos autores do movimento litúrgico da geração anterior: a doutrina sobre o sacramento é uma coisa, o culto litúrgico é outra. (CARRA, 2021, p. 175).

O Concílio Vaticano II ouve a voz do movimento litúrgico e realiza as modificações externas, ou seja, aquelas que possuem caráter acidental. O autor aponta diversos pontos no debate conciliar na elaboração do esquema da SC, entre a teologia dogmática e a liturgia sacramental eucarística, que mostram o quanto está enraizado o dualismo entre a base teológica e o aparato externo na liturgia, conforme podemos ler nessas afirmações: "Não se deve dizer que a liturgia edifique a Igreja *internamente*, porque essa é apenas o meio social e externo de comunicação de uma essência interior"; "o modo celebrativo não é substancial, é acidental"; "não se deve fazer excessiva referência ao mistério pascal; pois isso faz negligenciar a encarnação no que diz respeito à nossa salvação"; "o fundamento teológico da missa é a paixão e a cruz, não certo a ressurreição"; enfim, "os padres ainda não veem a conexão intrínseca entre a reforma da prática litúrgica e o acesso global ao dado da presença eucarística, incluindo o seu aspecto doutrinal" (CARRA, 2021, p. 177-178), ou seja, há um dualismo entre a doutrina e a prática celebrativa.

b) *Leitura teológica da SC - história, ação litúrgica e participação*: O autor faz uma leitura teológica da SC (números 5 a 8), a partir de três núcleos: o histórico-salvífico da liturgia eucarística, a presença de Cristo nas ações litúrgicas e a participação dos fiéis (CARRA, 2021, p. 179).

1º) História da salvação e liturgia: A liturgia da Igreja ilumina e está presente em toda a história da salvação:

A liturgia da igreja [expõe] como uma função da história salvífica, como a continuação no tempo aberto pela Páscoa de Cristo, de sua obra redentora pela humanidade. Não é arriscado dizer que as ações litúrgicas constituem a continuação histórica da salvação historicamente inaugurada (CARRA, 2021, p. 179).

As ações litúrgicas em geral, e a eucaristia em especial, “contém e continua de forma sacramental o centro da história salvífica, o cume das ações salvíficas: o mistério pascal de Cristo” (CARRA, 2021, p. 179).

O dualismo das categorias sacrifício e sacramento são compreendidas como vínculo e convívio unitivo:

A eucaristia é sacramento tanto quanto é sacrifício, presença do sacrifício pascal de Cristo. A eucaristia em seu centro é a presença de um ato e, em virtude deste é a presença do agente. Não mais, como queria o modelo clássico, uma presença ôntica (sacramento) da qual depende uma ação salvífica (sacrifício) (CARRA, 2021, p. 180).

2º) Presença justaposta de Cristo na Eucaristia: A presença de Cristo na celebração eucarística é discutida por Carra pela comparação entre o esquema original conciliar, a encíclica *Mediator Dei* e a SC aprovada no Concílio (CARRA, 2021, p. 181). A SC funde os dois textos e, com isso, resulta a “inevitável **justaposição** (gripo nosso) de dois modelos distintos”, que é “interpretado dentro do quadro do antigo modelo”, ou seja, “existem muitos modos da presença de Cristo, o maior dos quais é a presença substancial sob as espécies, e em torno desse existem outros modos, não menos significativos, mas diferentes” (CARRA, 2021, p. 182). O autor afirma que esse tipo de interpretação “bloqueia a questão na estagnada justaposição dos modelos” e faz cair o dado da presença de Cristo como algo indiferente em vários modos justapostos e não organicamente interrelacionados num polo único: “Não tantos modos de presença e, portanto, tantas presenças do mesmo Presente, mas um único, orgânico, coerente complexo formal atuante, no qual, em virtude da ação emerge a sua Presença” (CARRA, 2021, p. 183), isto é, o polo eucarístico e não o modo inclui os outros polos coordenados e não justapostos (CARRA, 2021, p. 183, nota 196).

3º) Participação litúrgica ativa: Participar é co-constituente da ação litúrgica: “como ação sagrada, essa implica uma co-atuação por aqueles que pelo batismo passaram a pertencer ao sacerdócio de Cristo” (CARRA, 2021, p. 185). O problema “não é tanto a atribuição de uma ação a cada um, quanto a atribuição da única ação

ritual a todos: não o direito de cada sujeito para realizar uma tarefa ritual específica, quanto a natureza radicalmente comunitária da única ação ritual" (CARRA, 2021, p. 185, nota 203). Participar não é ser espectador, mas a participação decorre das várias ações que competem aos fiéis: "ser formado pela palavra proclamada; alimentar-se da mesa do corpo do Senhor; elevar a ação de graças, que realiza a oblação de si mesmos na qual esses são (não só para o sacerdote ministerial, mas junto com ele) sacerdotes" (CARRA, 2021, p. 186). Enfim, o desafio de superar a atitude passiva do fiel para a coparticipação pode ser constatada pela mudança do verbo assistir para participar da celebração eucarística, ou seja, o fiel participante da assembleia deixa o lugar de espectador para constituinte do mistério celebrado (CARRA, 2021, p. 177).

CONCLUSÃO

Diante da reconstrução crítica do modelo dualista e a justaposição eucarística que fizemos a partir do livro *Hoc Facite* de Zeno Carra, propusemos como uma perspectiva de abertura, em breve síntese, o modelo que o autor indica para a superação de tal modelo. Reproduzimos aqui parte do texto publicado em artigo⁷ "Uma ontologia eucarística intersubjetiva", em que se reconstruiu a proposta de Zeno Carra. Trata-se do modelo sistemático: teologia fundamental e sacramental.

a) Linhas teológico-fundamentais: Zeno Carra expõe a superação do modelo tomista-tridentino em três níveis: a) o nível sincrônico/diacrônico articula os polos Cristo, ser humano, igreja, rito e objetos rituais de modo a reformular a doutrina na compreensão do dogma e heresia; b) do nível abstrato ao todo real e prático: superar a doutrina entendida como uma verdade ahistórica de conteúdo noético escondido em discursos e formulações herméticas e pensamentos abstratos que moveriam a história. Ao contrário, Zeno afirma que é preciso reconhecer o todo real em seus polos estruturantes (a palavra bíblica, os sacramentos e as práticas) como lugares da inserção da verdade divina (CARRA, 2021, p. 222-224). c) compreensão mais

⁷ Ver artigo de Agemir Bavaresco e Danilo Vaz Costa: Uma ontologia eucarística intersubjetiva. *Revista de Cultura Teológica*. n. 101 (2022): JAN/ABR – XXX, p. 48 – 51. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/rct.i101.55692>

adequada dos dogmas como um esforço de compreensão hermenêutico do *sensus fidelium* para explicitar e orientar as formas da fé (CARRA, 2021, p. 226). A verdade não é uma simples inferência intelectual de correspondência com o objeto, mas uma relação entre sujeito e objeto intersubjetivamente constituído e mediado em interação com o real.

b) Linha sacramental: O autor descreveu os problemas do modelo tradicional tomista-tridentino; herdou os debates do movimento litúrgico do século XX e as orientações do Concílio Vaticano II. Assim sendo, o diagnóstico é que há necessidade de propor um novo modelo de teologia eucarística a partir da dimensão cristológica, sacramental e ontológica.

1º) Cristo: o presentificado: Nessa dimensão cristológica, Zeno Carra destaca que a presença de Cristo é a sua memória enquanto ação do “crucificado-ressuscitado” e não o seu corpo histórico físico, ou seja, é a dimensão pascal em sua presença real enquanto promessa que todo o corpo humano será ressuscitado em sua forma relacional. Desse modo, a presença corpórea e a presença pessoal são um corpo pascal unido em comunhão. O espaço histórico dessa corporeidade crística de plena relacionalidade é o processo dinâmico de uma forma estrutural de conexões relacionais e não um espaço estático entificado, ou seja, a realidade já realizada de Cristo crucificado-ressuscitado é atualizada em cada celebração como *forma crucis* e *forma Christi* nas próprias ações da ceia: tomou, abençoou-deu graças, partiu e deu. Assim posto, o espaço sacramental como forma relacional diacrônica é uma experiência da presença de Cristo na eucaristia (CARRA, 2021, p. 234 – 241).

2º) O sacramento: O fato do sacramento não é um rito em que se muda um ente espacialmente situado, mas é o processo em que uma forma realiza, no tempo histórico, uma ação mediadora com o pão e o vinho articulado na ceia em ações interativas entre o celebrante, os dons oferecidos e os participantes. É o processo ritual como um todo litúrgico que é essencial para o sacramento. O modelo tradicional tinha, como pressuposto, uma metafísica ôntica grega em que as palavras e o pronome pronunciado efetuavam a correspondência entre o celebrante e os entes. Ao invés disso, uma leitura fenomenológica descreve o sacramento como uma ação ritual em que o pão e o vinho são a realidade da ação de um acontecimento da história salvífica. Por isso, o modelo da transubstanciação não é tão adequado

para explicitar a tensão escatológica do sacramento. O pão e o vinho transubstanciados não expressam o movimento da irrupção progressiva do eskaton (a plenitude última), ou seja, os entes na celebração em sua forma crucis e forma Christi apontam para o destino final de toda a criação em processo de realização plena de um novo céu e uma nova terra. "O modelo que estamos esboçando, afirma Zeno, permite a reivindicação escatológica: a presença do ressuscitado emerge na história através da conexão formal-relacional entre os elementos. Estes, portanto, não perdem a si mesmos, mas se cumprem na sua relacionalidade com todo o resto, precisamente por serem assumidos na posição da forma sacramental" (CARRA, 2021, p. 247).

c) A ontologia eucarística supera a visão estática e ocasional do modelo tradicional. O acesso ao Cristo ressuscitado é dado através de uma forma relacional dinâmica ao invés de uma entidade ôntica substancial. Em outras palavras, os polos de conexão da forma e seus elementos estruturantes articulam um conjunto processual em movimento do todo eucarístico. A igreja, em sua relação com a eucaristia, é o corpus Christi como realidade mediadora da presença ontológica crística. A igreja, como povo de Deus, é o espaço da presença corpórea de Cristo pascal, ou seja, trata-se de uma realidade ontológica formada pela presença de Cristo não como um coleção de elementos postos um ao lado de outro de forma estática, mas um todo em movimento formado de múltiplos polos internos "da presentificação real, corpórea e não ocasional (portanto, substancial) do próprio Cristo crucificado e ressuscitado" (CARRA, 2021, 252). Temos, portanto, uma nova ontologia como condição de tematizar a presença de Cristo na eucaristia.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Tomás. *Suma teológica*. São Paulo: Loyola, 2003.

ALDAZÁBAL, José. *A eucaristia*. Tradução: Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAVARESCO, Agemir; COSTA, Danilo. Uma ontologia eucarística intersubjetiva. *Revista de Cultura Teológica*. n. 101 Jan/Abr – 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/rct.i101.55692>. Acesso em 10 de jul. de 2023.

CARRA, 2021, Zeno. *Hoc Facite: estudo teológico-fundamental sobre a presença eucarística de Cristo*. Tradução de Analita Candaten. Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2021.

DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 3ª edição. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2015.

GERARDI, Renzo. Transubstanciação. In: MANCUSO, Vito. *Lexicon: Dicionário teológico enciclopédico*. Tradução: João Paixão Neto e Alda da Anunciação Machado. São Paulo: Loyola, 2003.

GRILLO, Andrea. *Pão e vinho: a matéria da Eucaristia e o microscópio vaticano*. In: IHU. 10 jul. 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/569496-pao-e-vinho-a-materia-da-eucaristia-e-o-microscopio-vaticano-artigo-de-andrea-grillo> Acesso em: 25 de mai. de 2023.

POWERS, Joseph M. *Teologia de la Eucaristia*. Buenos Aires/México: Ediciones Carlos Lohlé, 1969.

SCHMAUS, Michael. *A Igreja*. Vol.5. Tradução: Álvaro Machado da Silva. Petrópolis: Vozes, 1980.

ZILLES, Urbano. *Os sacramentos da Igreja*. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.

CAPÍTULO V¹

Catequese e Liturgia: desafios e possibilidades no processo da catequese a serviço da Iniciação à Vida Cristã

Catechesis and Liturgy: challenges and possibilities in the process of catechesis in service of Initiation into Christian Life

Maria Aparecida Barboza²

Tiago de Fraga Gomes³

INTRODUÇÃO

O mistério pascal é o coração do cristianismo. A compreensão de sua natureza e relevância em nossa vida é a grande tarefa da catequese e da liturgia. A constituição sobre a liturgia do Concílio Vaticano II, *Sacrosanctum Concilium* (SC, n. 10), ao afirmar que “a liturgia é o cume para o qual tende toda a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de que promana sua força”, já acentua a relação entre a catequese e a liturgia.

Além disso, a exortação apostólica *Catechesi Tradendae* afirma que: “A catequese está intrinsecamente ligada com toda a ação litúrgica e sacramental, porque é nos sacramentos, e sobretudo na eucaristia, que Cristo Jesus age em plenitude para a transformação dos homens” (*Catechesi Tradendae* (CT, n. 23)

Em se tratando da catequese a serviço da iniciação à vida cristã, percebe-se que esta visa iniciar os catequizandos nos mistérios da fé, que encontra sua culminância na sua celebração. O Concílio Vaticano II tem clareza da relação entre catequese e liturgia ao afirmar que: “antes de ter acesso à liturgia é preciso ser

¹ DOI – <https://doi.org/10.36592/9786554601184-05>

² Mestre em Teologia Bíblica pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Doutoranda em Teologia Sistemática pela PUCRS e professora de *Sagrada Escritura e Catequese: conteúdo e metodologia* na pós-graduação no Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL-SP). E-mail: barboza.icm@gmail.com.

³ Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCRS e Orientador da tese doutoral da Maria Aparecida Barboza.

conduzido à fé e se converter” (SC, n. 9). Isto nos faz compreender o processo catequético como um caminho pedagógico que, conduzindo à fé e a conversão, objetiva a experiência dessa fé na ação litúrgica.

1. Relação entre Catequese e Liturgia nos Primeiros Séculos do Cristianismo

Desde o início do cristianismo, percebe-se a riqueza da interação entre catequese e liturgia, atestada no princípio da *lex orandi, lex credendi, lex vivendi*, que expressa bem a relação entre catequese e liturgia. É em torno da mesa eucarística e da Palavra que os seguidores de Jesus foram consolidando sua identidade cristã e se fortalecendo para o testemunho da fé, como relatado no *Livro dos Atos dos Apóstolos*:

Eles mostravam-se assíduos ao ensinamento dos apóstolos, à comunhão fraterna, à fração do pão e pão e às orações. Apossava-se de todos o temor, pois numerosos eram os prodígios e sinais que se realizavam por meio dos apóstolos. Todos os que tinham abraçado a fé reuniam-se e punham tudo em comum: vendiam suas propriedades e bens, e dividiam-nos entre todos, segundo as necessidades de cada um. Dia após dia, unânimes, mostravam-se assíduos no Templo e partiam o pão pelas casas, tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e gozavam da simpatia de todo o povo. E o Senhor acrescentavam cada dia ao seu número os que seriam salvos (At 2, 42-47).

No trecho acima citado, são destacados os elementos fundantes da identidade cristã, que caracterizam a relação entre catequese e liturgia: ensinamento dos Apóstolos (didach/| tw/n avposto,lwn); comunhão fraterna (koinwni,a|) fração do Pão (kla,sij tou/ a;rtou) e oração (proseucaiv). A primeira palavra grega do texto merece um destaque: “mostravam-se assíduos” (h=san de. proskarterou/ntej).

Para o narrador, o mais importante não é se tornar cristão, mas permanecer cristão, vivendo com fidelidade a Palavra. Interessante observar a forma como o narrador apresenta essas características fundantes da comunidade agrupando-as duas a duas: o “ensinamento dos apóstolos” e a “comunhão fraterna” enquanto

características próprias da relação interna da comunidade; a "fração do pão" e as "orações" como características da vida litúrgica da comunidade primitiva (FABRIS, 1991, p. 76). Todavia, esse agrupamento articulado com o texto que o envolve oferece uma fonte de ensinamentos inspiradores para a vivência da relação entre catequese e liturgia nas comunidades cristãs da atualidade.

Desde o início do *Livro de Atos*, a comunidade é citada como orante, que testemunha a fé e a relação catequese e liturgia: "Todos estes, unânimes, perseveravam na oração com algumas mulheres, entre as quais a Maria, a mãe de Jesus, e os irmãos" (At 1, 14). O testemunho de oração atraía novas pessoas: "Muitos dos que tinham ouvido a Palavra abraçaram a fé" (At 1, 15b, 4, 4).

É uma comunidade orante discipular. Por meio do anúncio da Palavra, os apóstolos formavam novos discípulos: "E a palavra do Senhor crescia. O número dos discípulos aumentava" (At 6, 7, 12, 24, 19, 20). A alegria da pertença a Cristo e a comunidade contagiavam judeus, gregos e gentios: Muito alegres por estas palavras, os gentios glorificavam a palavra do Senhor e todos aqueles que eram destinados à vida eterna abraçaram a fé. Também em Icônio, entraram na sinagoga dos Judeus e falaram de tal sorte que uma multidão de judeus e de gregos abraçaram a fé (At 13,48; 14,1).

Desse modo, celebrando a fé no ressuscitado, a Palavra era continuamente aprofundada e transmitida. No entanto, mudanças históricas impactaram fortemente o cristianismo a partir do século IV e, com o advento da chamada cristandade, liturgia e catequese foram se distanciando uma da outra. Nesse período, a liturgia foi se transformando em ritualismo, com excessiva preocupação com os seus aspectos exteriores e com foco sacramentalista.

Quanto aos conteúdos da fé cristã, esses foram se diluindo nos elementos que compunham a cristandade, nas definições dogmáticas dos grandes concílios e, a partir do século X, nas obras que tinham por finalidade sistematizar a teologia e os catecismos. Percebem-se, desde então, pontos não só de distanciamento entre essas duas dimensões fundamentais da vida da Igreja, como também conflitos significativos (PAIVA, 2020). Por isso, o desafio de revistar as fontes para recuperar

a unidade entre catequese e liturgia para avançar numa catequese que forme discípulos de Jesus Cristo em comunidade eclesial missionária.⁴

2. Catequese e Liturgia nos Documentos Recentes da Igreja

Desde os primórdios da Igreja, a catequese e a liturgia caminham juntas, e, como afirma Paiva (2008, p. 43), “são duas faces do mesmo Mistério”. Há uma relação íntima entre a fé, a celebração e a vida.

Na Exortação Apostólica *Catechesi Tradentae* São João Paulo II recorda que: “A catequese está intrinsecamente ligada com a ação litúrgica e sacramental, porque é nos sacramentos, e sobretudo na eucaristia, que Cristo Jesus age em plenitude para a transformação dos homens” (CT, 1979, n.23)

Apresentaremos de forma sucinta os principais documentos que nos oferecem importantes contribuições para pensarmos a recíproca relação entre a liturgia e a catequese. O primeiro deles é o decreto *Christus Dominus* (CD), sobre a ação pastoral dos bispos, que solicita um maior zelo pela instrução catequética e afirma:

preocupem-se com a instrução catequética, que tem por fim tornar viva, explícita e operosa a fé ilustrada pela doutrina, seja administrada com diligente cuidado quer às crianças e adolescentes, quer aos jovens e mesmo adultos [...] Essa instrução se baseie na Sagrada Escritura, na tradição, na liturgia, no magistério e na vida da Igreja. (CD, n. 14)

Já a declaração sobre a educação cristã, intitulada *Gravissimum Educationis* (GE), ao tratar dos meios da Igreja para a educação cristã, sustenta que a catequese conduz à participação consciente e ativa no mistério de Cristo:

No desempenho do seu múnus educativo, a Igreja preocupa-se com todos os meios aptos, sobretudo com aqueles que lhe pertencem; o primeiro dos quais é

⁴ A nomenclatura “comunidades eclesiais missionárias” é assumida pelo Episcopado Brasileiro no texto atual das *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*, da CNBB, 109, n. 8.

a instrução catequética que ilumina e fortalece a fé, alimenta a vida segundo o espírito de Cristo, leva a uma participação consciente e ativa no mistério de Cristo e impele à ação apostólica (GE, n. 4)

Ainda nesta relação liturgia e catequese, podemos citar a riqueza do Concílio Vaticano II, que solicita às Conferências Episcopais a restauração do catecumenato de adultos (SC, n. 64; CD, n. 14; AG, n. 14), culminando com a publicação do Ritual de Iniciação Cristã de Adultos (RICA), em 1972, que desencadeia um processo profícuo e contínuo de estudos e produções que possibilitam o avanço da relação entre catequese e da liturgia. Dentre eles, podemos citar: VI Semana Internacional de Catequese, em Medellín (1968); a publicação do *Diretório Geral Catequético*, em Roma (1971); a publicação do documento *Evangelii Nuntiandi* (1976), pelo papa Paulo VI, sobre a evangelização; a exortação apostólica *Catechesi Tradendae* (CT), em 1979, pelo papa João Paulo II; e recentemente a publicação do *Diretório para a Catequese pelo Pontifício Conselho para a Promoção da Nova Evangelização* (2020). Vale ressaltar que, na exortação apostólica CT, o papa afirma a urgência e a necessária percepção da intrínseca relação entre catequese e liturgia:

A catequese está intrinsecamente ligada com toda a ação litúrgica e sacramental, porque é nos sacramentos, e sobretudo na Eucaristia, que Cristo Jesus age em plenitude para a transformação dos homens. [...] A catequese leva necessariamente aos sacramentos da fé. Por outro lado, uma autêntica prática dos sacramentos tem forçosamente um aspecto catequético. Por outras palavras, a vida sacramental se empobrece e bem depressa se torna um ritualismo vazio, se ela não estiver fundada num conhecimento sério do que significam os sacramentos. E a catequese intelectualiza-se, se não haurir vida numa prática sacramental. (CT, n. 23)

Já no Brasil, inspirado nas orientações do Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla, e na exortação de João Paulo II sobre a catequese, os bispos em 1983, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) aprovou o documento *Catequese Renovada: orientações e conteúdo*, que propôs renovar a prática catequética a partir de dentro, oferecendo princípios, orientações e conteúdo que amparassem esse

processo de mudança. Deste documento, temos dois números que acentuam a necessidade da interação entre catequese e liturgia:

Não só pela riqueza de seu conteúdo bíblico, mas pela sua natureza de síntese e cume de toda a vida cristã, a Liturgia é fonte inesgotável de Catequese. Nela se encontram a ação santificadora de Deus e a expressão orante da fé da comunidade. As celebrações litúrgicas, com a riqueza de suas palavras e ações, mensagens e sinais, podem ser consideradas como uma Catequese em ato. Mas, por sua vez, para serem bem compreendidas e participadas, as celebrações litúrgicas ou sacramentais exigem uma Catequese de preparação ou iniciação (CNBB, 1983, n. 89).

E continua:

A Liturgia, com sua peculiar organização do tempo (domingos, períodos litúrgicos como Advento, Natal, Quaresma, Páscoa etc.) pode e deve ser *ocasião privilegiada* de Catequese, abrindo novas perspectivas para o crescimento da fé, através de orações, reflexão, imitação dos santos, e descoberta não só intelectual, mas também sensível e estética dos valores e das expressões da vida cristã (CNBB, 1983, n. 90)

Outro documento importante e incisivo nas orientações da catequese no Brasil é o *Directorio Nacional de Catequese* (DNC), em que o episcopado brasileiro dedicou diversos números ao tema da catequese e da liturgia⁵, sempre acentuando a mútua dependência dessas duas dimensões da ação evangelizadora da Igreja. A catequese, como educação da fé, e a liturgia, como celebração da fé, são duas funções da única missão evangelizadora e pastoral da Igreja: “pela Evangelização, Catequese e Liturgia essa Palavra de Deus continua a chegar às pessoas. Esta comunicação da

⁵ No quinto capítulo, intitulado *Catequese: Mensagem e Conteúdo*, o documento, do número 115 ao 122, ressalta a liturgia como fonte da catequese, os fundamentos antropológicos e teológicos a relação catequese e liturgia, a catequese litúrgica e os elementos do processo da formação litúrgica na catequese. É válido revisita-los, pois são pérolas preciosas para a compreensão da relação entre catequese e liturgia.

fé, hoje, segue o mesmo processo pelo qual Deus, no passado, se revelou." (CNBB, 2006, n. 18).

A liturgia é acentuada como fonte da catequese: "o lugar onde se manifesta de modo sublime a Palavra de Deus, e portanto é fonte privilegiada de catequese, é a sagrada liturgia" (CNBB, 2006, n. 115). E ainda ressalta que "a liturgia é fonte inesgotável da catequese, não só pela riqueza de seu conteúdo, mas pela sua natureza de síntese e cume da vida cristã" (SC 10; CR 89). "Enquanto celebração ela é ao mesmo tempo anúncio e vivência dos mistérios salvíficos; contém, em forma expressiva e unitária, a globalidade da mensagem cristã" (CNBB, 2006, n. 118).

Destaca-se também o Ritual de Iniciação Cristã de Adultos (RICA) como modelo inspirador da unidade entre catequese e liturgia.

O RICA é o melhor exemplo de unidade entre liturgia e catequese. Celebração e festa contribuem para uma catequese prazerosa, motivadora e eficaz que nos acompanha ao longo da vida. Por isso, os autênticos itinerários catequéticos são aqueles que incluem em seu processo o momento celebrativo como componente essencial da experiência religiosa cristã. É esta uma das características da *dimensão catecumenal* que hoje a atividade catequética há de assumir. (CNBB, 2006, n. 118)

Outro elemento importante que o diretório acentua é a urgência de uma catequese litúrgica, afirmando que "é tarefa fundamental da catequese iniciar eficazmente os catecúmenos e catequizandos nos sinais litúrgicos e por meio deles introduzi-los no Mistério Pascal" (CNBB, 2006, n. 120). Ressaltando, assim, que a missão da catequese é "preparar o cristão à iniciação sacramental e ajudá-lo a viver como bom cristão mediante orações, gestos e sinais, silêncio, contemplação, presença de Maria e dos santos, escuta da Palavra." (CNBB, 2006, n. 120).

Recentemente, os bispos da Igreja no Brasil, no desejo de avançar numa catequese a serviço da iniciação à vida cristã, aprovaram o Documento 107, intitulado *Iniciação à vida cristã: itinerário para formar discípulos missionários* (IVC), em que insistem numa catequese de inspiração catecumenal com o resgate da integração entre catequese e liturgia, sobretudo nas celebrações dos ritos de entrega

dos símbolos da fé. No documento, ressaltam que: “os processos de Iniciação se fundamentam na Sagrada Escritura e na liturgia, educam para a escuta da Palavra e para a oração pessoal, mediante a leitura orante, evidenciando uma estreita relação entre Bíblia, catequese e liturgia” (CNBB, 2017, n. 66). E continuam: “Tal resgate do espírito catecumenal implica o compromisso de reatar a parceria e a união entre liturgia e catequese que, ao longo dos séculos, ficaram comprometidas” (CNBB, 2017, n. 74).

É importante também mencionar a exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (EG), na qual o papa Francisco acentua a necessidade de uma catequese querigmática e mistagógica, propõe uma catequese centrada na Palavra de Deus, em ambiente adequado e que favoreça o caminho da beleza, a vivência do mistério da fé e a valorização dos símbolos litúrgicos da iniciação cristã (EG, 2013, n. 163-167),

E finalmente o *Diretório para a Catequese* (DPC) do Pontifício Conselho para a Promoção da Nova Evangelização, publicado em 2020, ao tratar das fontes da catequese, consagra valiosos números referente à liturgia, e afirma a necessidade da interação catequese e liturgia: “a liturgia e a catequese, mesmo tendo cada uma a sua especificidade, não devem ser justapostas, mas devem ser entendidas no contexto da vida cristã e eclesial e ambas se orientam para fazer viver a experiência do amor de Deus.” (DPC, 2020, n. 95). Conclui-se destacando que, em todos os documentos, percebe-se três dimensões fundamentais da relação entre liturgia e catequese: 1ª) a catequese como iniciação à vida litúrgica; 2ª) a liturgia como catequese em ação; 3ª) a liturgia como fonte da catequese.

3. Interação Catequese e Liturgia: desafios e possibilidades

No processo da evangelização e da formação do discípulo missionário de Jesus Cristo, a integração catequese e liturgia é de fundamental importância. A catequese transmite a fé e a liturgia celebra a fé, juntas introduzem as pessoa no mistério pascal de Cristo. O mistério de Cristo anunciado na catequese é o mesmo celebrado na liturgia para ser vivido: “pelos sacramentos a liturgia leva a fé e a

celebração da fé a se inserirem nas situações da vida”⁶. A liturgia enquanto celebração é, ao mesmo tempo, anúncio e vivência dos mistérios salvíficos; contém, em forma expressiva e unitária, a globalidade da mensagem cristã. Por isso ela é considerada lugar privilegiado de educação da fé.

A fecunda integração da catequese com a liturgia está garantida nas fontes tanto das Sagradas Escrituras como nos documentos da Igreja, porém, na ação evangelizadora, em grande parte, ainda não foi atingida a meta desta intrínseca relação. Há ainda um árduo caminho a ser percorrido, como nos recorda Alberich (2004, p. 305): “na situação atual não faltam aspectos problemáticos e pontos de atritos, seja no âmbito da reflexão catequética e litúrgica, seja no terreno da prática pastoral”. Mesmo que nas dioceses seja perceptível o esforço e o empenho no processo formativo dos catequistas e das lideranças das equipes de liturgia, a interação catequese e liturgia ainda deixa a desejar.

Um ponto positivo é o processo da catequese de inspiração catecumenal, que propõe um itinerário bíblico-litúrgico-vivencial. As celebrações da entrega dos símbolos da fé, proposto pelo Ritual de Iniciação Cristã de Adultos (RICA), é louvável e favorece a compreensão e a vivência da fé de forma integrada da catequese com a liturgia, pois os “sinais litúrgicos são ao mesmo tempo anúncio, lembrança, promessa, pedido e realização, mas só por meio da palavra evangelizadora e catequética esses seus significados tornam-se claros.” (CNBB, 2006, n. 120). Porém, ainda nos falta a prática de uma catequese litúrgica e de uma liturgia catequética.

A catequese litúrgica prepara aos sacramentos e ajuda a vivenciá-los: leva a uma maior experiência do mistério cristão. Ela explica o conteúdo das orações, o sentido dos gestos e dos sinais, educa à participação ativa, à contemplação e ao silêncio.” (CNBB, 2006, n. 121).

O grande desafio é a formação litúrgico-catequética. A esse respeito, o Diretório Nacional de Catequese⁷ destaca que o processo da formação litúrgica na catequese possui os seguintes elementos: a) a centralidade do Mistério Pascal de Cristo na vida dos cristãos e em todas as celebrações; b) liturgia como um momento

⁶ CNBB. *Animação da vida litúrgica no Brasil*. São Paulo: Paulinas 1989. Documentos da CNBB 43, n. 92.

⁷ CNBB. *Diretório Nacional de Catequese*. Brasília. Edições CNBB, 2006, n. 122, pp. 85-96.

celebrativo da história da salvação; c) liturgia como exercício do sacerdócio de Jesus Cristo e ação dos fiéis em conjunto com Ele presente na celebração, pela força do Espírito Santo; d) dimensão celebrativa da liturgia, como uma ação ritual e simbólica, em que a assembleia é o sujeito e o Ressuscitado preside a oração da comunidade, atualiza a salvação na vida e na história de seus participantes; e) dimensão comunitária da liturgia com sua variedade de ministérios, exercidos com qualidade; f) o aprofundamento do conhecimento da palavra na catequese como ajuda para a celebração da Palavra de Deus, sobretudo nas comunidades impossibilitadas de terem a celebração eucarística dominical; g) espiritualidade pascal, ao longo do ano litúrgico, como caminho de inserção gradativa no Mistério Pascal de Cristo; h) o sentido dos sacramentos, especialmente a Eucaristia, como sinais da comunhão com Deus, em Cristo, que marcam, com sua graça, momentos fortes da vida e atualizam a salvação no dia a dia; i) aprofundamento do sentido da presença de Maria no mistério de Cristo e da Igreja, e na vida de oração e serviço solidário dos cristãos, bem como a prudente e razoável devoção aos santos; e j) redimensionamento bíblico-litúrgico da religiosidade popular (bênçãos, romarias, caminhadas, novenas, festas dos padroeiros, ofícios divinos).

Diante da análise apresentada, é urgente e necessário o estudo do RICA e de outros documentos da Igreja que ainda são desconhecidos tanto por parte de alguns presbíteros, diáconos bem como por parte dos catequistas.

Conclusão

No início do cristianismo, é visível esta relação entre catequese e liturgia acentuada pelo antigo princípio *lex orandi lex credendi, lex vivendi*, que demonstra o quanto a interação de catequese e liturgia é importante para o testemunho coerente da fé num mundo em constante transformação. Foi em torno da mesa eucarística e da Palavra que os discípulos de Jesus foram consolidando sua identidade cristã e se fortalecendo para o testemunho da fé, conforme o Livro dos Atos dos Apóstolos, 2, 42-47.

O Concílio Vaticano II impulsionou a renovação da catequese na Igreja ao apresentar, através das suas reflexões, uma nova compreensão teológica da Revelação e da fé (*Dei Verbum*), uma renovada compreensão de Igreja como sacramento de salvação e comunidade Povo de Deus (*Lumen Gentium, Gaudium et Spes*), uma nova ótica da dimensão missionária da Igreja (*Ad Gentes*), a inspiradora renovação litúrgica (*Sacrosanctum Concilium*), e, sobretudo, a virada antropológica, considerando a pessoa e seu contexto sociocultural.

Na verdade, o Concílio Vaticano II, ao considerar a liturgia como celebração do mistério pascal de Cristo, vê a necessidade de uma iniciação adequada aos que dela participam para melhor celebrarem e, desse modo, penetrarem no mistério de Deus, que se atualiza na ação litúrgica. Se, por um lado, na liturgia, tomou-se consciência da necessidade de favorecer o ato de fé, por outro, na catequese, abriu-se a experiência simbólico-ritual e à celebração.

Referências bibliográficas

COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Vozes, 1968.

JOÃO PAULO II. *Exortação Apostólica Catechesi Tradendae*. São Paulo: Paulinas, 1982.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório Geral para a Catequese*. São Paulo: Paulinas, 2009.

CNBB. *Catequese renovada: orientações e conteúdo*. (Doc. 26). São Paulo: Paulinas, 1984.

_____. *Animação da vida litúrgica no Brasil*. (Doc. 43). São Paulo: Paulinas, 1990.

_____. *Diretório Nacional de Catequese*. Brasília: Edições CNBB, 2006.

_____. *Comunidades de comunidade: Uma nova Paróquia. A Conversão pastoral da paróquia*. Documentos da CNBB, 100. Brasília: Edições CNBB, 2014.

_____. *Iniciação à Vida Cristã. Itinerário para formar discípulos missionários*. Documentos da CNBB, 107. Brasília: Edições CNBB, 2017.

_____. *Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023*.

Documentos da CNBB, 109. Brasília: Edições CNBB, 2019.

COMBLIN, José. *Atos dos Apóstolos*. Petrópolis: Vozes. São Leopoldo: Sinodal. 2ª Edição 2001. Vol. 1. (Comentário Bíblico Novo Testamento).

DIDAQUÉ INSTRUÇÕES DOS APÓSTOLOS. *Catecismo dos Primeiros Cristãos* Clássicos da Iniciação Cristã. Petrópolis: Vozes, 2019.

HIPÓLITO DE ROMA. *Tradição Apostólica: liturgia e catequese em Roma no século III*. Petrópolis: Vozes, 2004.

AMBRÓSIO DE MILÃO. *Explicação do símbolo, sobre os sacramentos, sobre os mistérios, sobre a penitência*. (Coleção Patrística 5). São Paulo: Paulus, 1996.

MARTÍN, Julián Lopez. *Liturgia e Catequese*. In: PEDROSA, V. M., NAVARRO, M., LÁZARO,

R., SASTRE, J. *Dicionário de Catequética*. São Paulo: Paulus, 2004.

SARTORE, D. *Catequese e liturgia*. In: SARTORE, D. e TRIACCA, A. M. *Dicionário de Liturgia*. São Paulo: Paulinas, 1992.

PAIVA, Vanildo de. *Catequese e liturgia: duas faces do mesmo mistério*. São Paulo: Paulus, 2008.

CAPÍTULO VI¹

A LITURGIA COMO ÁPICE E FONTE DA ESPIRITUALIDADE CRISTÃ EM SUA MODALIDADE LAICAL

THE LITURGY AS THE APEX AND SOURCE OF CHRISTIAN SPIRITUALITY IN ITS LAICAL MODALITY

Vitoria Bertaso Andreatta De Carli²

INTRODUÇÃO

Liturgia e espiritualidade são palavras que contém um significado profundo e, por essa razão, é difícil defini-las. Não há uma definição universalmente consensual do termo espiritualidade (MATANIC, 1990, p. 39), entretanto, não podem faltar suas principais notas, a saber: 1) é uma vida trinitária e filial; 2) é uma vida cristocêntrica; 3) é uma vida pneumatológica; 4) é uma vida eclesial; 5) é uma vida litúrgica e eucarística; 6) é uma vida apostólica; 7) é uma vida encarnada; 8) é uma vida escatológica; 9) é uma vida mariana; 10) é uma vida antropológica e 11) é uma vida comunitária (DE CARLI, 2022, p. 56-62).

O Vaticano II não trata da teologia espiritual nem da espiritualidade enquanto tal, mas da vida espiritual na Igreja inspirando-se nos princípios clássicos da espiritualidade cristã, são novos enfoques que abrem novos rumos. São retomados os elementos da Tradição como a importância da Palavra de Deus, o sacerdócio universal dos batizados e a vocação de todos à santidade.

Com o Vaticano II ocorre uma verdadeira renovação da espiritualidade cristã e um de seus grandes temas é o chamado a vocação universal à santidade que marcou os caminhos da espiritualidade contemporânea. Com ampla dimensão

¹ DOI – <https://doi.org/10.36592/9786554601184-06>

² Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS (2007). Mestra em Teologia pela PUCRS (2017). Doutora em Teologia pela PUCRS(2021). E-mail: andreattadecarli@terra.com.br. ID lattes: n. 19351452218694

antropológica na busca da perfeição integral do ser humano a partir da experiência de Deus e do compromisso com o mundo.

Como base nos aspectos que emergem dos documentos conciliares, é possível descrever algumas das linhas de força da espiritualidade conciliar, a saber:³ 1) a chamada à santidade, marca profunda nos caminhos da espiritualidade contemporânea⁴; 2) a renovação no Espírito que anima toda a espiritualidade cristã, destacando os componentes bíblico e litúrgico na formação da vida espiritual e na sua relação com o mundo; 3) como fontes de renovação a Palavra de Deus, a Sagrada Liturgia, a meditação, a oração pessoal, a direção espiritual e a formação permanente; 4) como uma espiritualidade de ação e de compromisso, baseada no valor da atividade humana (GS, n. 34) e na relação com o mundo (GS, n. 29),⁵ o cristão é chamado a santificar-se não apesar do mundo mas no mundo e 5) a espiritualidade de comunhão, que tem seu fundamento na eclesiologia de comunhão.

O Vaticano II tratou de superar a incerteza ao se manifestar de forma clara e aberta diante do enfraquecimento da autêntica fortaleza do papel da fé no mundo moderno com suas preocupações e esperanças (RAHNER, 1969, p. 14). A Igreja, diante da secularização e da pluralidade que iam configurando um mundo que antes era teocêntrico, percebeu a exigência de nova forma de ver e apresentar a espiritualidade cristã (BINGERMAN, 2015, p. 372). O evento conciliar ofereceu princípios teológicos e espirituais da renovação relativos à questão quanto a

³ Segundo C. Garcia, as quatro Constituições são o pilares da espiritualidade conciliar que se fundamentam na Palavra de Deus (DV); na liturgia da Igreja (SC), na Igreja como Mistério de comunhão (LG) e de missão (AG) e na abertura ao mundo contemporâneo (GS). As mesmas compõem a grande síntese do Concílio (cf. GARCIA, 2002, p. 301-316).

⁴ Quanto à santidade como resposta, não se pode deixar de mencionar a recente Exortação do Papa Francisco, *Gaudete et Exultate*, sobre a santidade no mundo atual. Foi o primeiro papa a escrever um documento sobre a santidade. Esse texto, no ensinamento do Concílio Vaticano II, procede à revalorização da vocação cristã com uma adequada compreensão do carácter teológico da secularidade, bem como de mudança de paradigma da santidade cristã: se passa do paradigma da santidade monástica ou religiosa para a santidade universal, mais integrada na vida e missão da Igreja e do cristão. (cf. MARTI, 2013, p. 162).

⁵ Importante ressaltar que, anteriormente ao Concílio, já existia a Ação Católica e um grande impulso para o protagonismo do leigo que foi acolhido pelo mesmo. É historicamente equivocado fazer de conta que a dignidade e a importância dos leigos tenham sido redescobertas só pelo Concílio. {...} este expressou o que nos séculos precedentes já havia sido mais vivido que ensinado, formulando com clareza e coerência o que se encontra esparso também já em meio à tradição dogmática e, no processo, recorreu a importantes impulsos dos movimentos de renovação precedentes". (KASPER, 2012, p. 268).

necessidade de dar resposta à modernidade e sublinhar a unidade entre fé e vida do cristão (MARTI, 2013, p. 153).

Esse é o problema e o desafio da espiritualidade pós-conciliar e da espiritualidade do futuro, ou seja, fazer com que cada cristão ame mais a Deus, que tenha mais fé, mais esperança e viva mais a caridade tanto para com Deus quanto para com o irmão. Nesse contexto emerge a necessidade de uma contínua reflexão em torno à relação entre a Liturgia e espiritualidade.

1 A ESPIRITUALIDADE CRISTÃ EM SUA MODALIDADE LAICAL

A renovação da espiritualidade, a partir do Vaticano II, atinge a espiritualidade em sua modalidade laical. Retoma a tradição do sacerdócio universal dos batizados e a vocação de todos à santidade. Entretanto, apesar de transcorridos mais de 50 anos do evento conciliar muitos fiéis cristãos leigos, ainda hoje, desconhecem e não sabem como viver sua vocação. Ocorre uma mudança de paradigma da santidade monástica ou religiosa para a santidade universal.

A partir da premissa da única e mesma espiritualidade cristã, base insubstituível de toda ulterior especificação (ROYO MARIN, 1967, p. 10), é que se pode falar de uma espiritualidade especificamente secular, considerando que, em sua acepção geral, há um estilo particular de "caminhar no Espírito", próprio de uma pessoa ou grupo de pessoas, e tal estilo se dá devido à acentuação de alguns aspectos que melhor respondem à situação particular que aquele grupo ocupa na mesma Igreja (BRUGNOLI, 1971, p. 49).

A partir das dimensões constitutivas da única espiritualidade cristã, ressaltam-se os seguintes elementos que devem estar na base teológica da espiritualidade laical: a) a vocação laical como caminho de santidade, isto é, "à perfeição da caridade" (LG, n. 40); e b) a índole secular fruto de uma adequada compreensão do valor teológico da secularidade, ou seja, do mundo e das realidades terrenas como objeto da missão da Igreja e lugar de encontro com Deus (DE CARLI, 2022, p. 185-186). A espiritualidade laical se constrói no âmbito existencial e concreto, próprio do cristão singular. É uma exigência de vida de todo o batizado que está chamado a instaurar o Reino de Deus no mundo e, em especial dos fiéis leigos

que tem o secular como o próprio e específico de sua vocação no Povo de Deus (cf. LG, n. 31).

A vida espiritual dos fiéis leigos, quando acolhida e integrada à totalidade da vida humana, desenvolve-se conjunta e simultaneamente na de união com Deus que consiste, fundamentalmente, na vida sacramental, na oração e ascese, na prática das virtudes teologais e humanas, no acompanhamento espiritual e, no sentido horizontal da vida humana, dimensão imanente, como ocasião de encontro para amar a Deus no próximo (1Jo 4,20) (cf. ChL, n. 17).

A espiritualidade laical, assim, pode ser considerada como expressão do ser cristão que requer tradução concreta na situação humana e do mundo e tem como seu núcleo (é fruto fundamental da) a caridade (cf. GS, n. 38) e abarca toda a vida da pessoa. Como nas palavras de São Paulo "Se vivemos pelo Espírito, pelo Espírito também pautemos nossa conduta" (Gl, 5,25). Aqui reside a poderosa beleza da Liturgia, em íntima conexão com a vivência da espiritualidade laical, pois nela se dá o primeiro lugar do encontro com Cristo (DD, n. 10). É o ápice para o qual tende toda a ação da Igreja e fonte de onde provém toda a energia (SC, n. 10) para vida cristã, pois leva a participar do mistério divino.

2 A ESPIRITUALIDADE COMO UMA VIDA LITÚRGICA

A espiritualidade que emerge do evento conciliar encontra na Liturgia da Igreja sua fonte e ápice (SC), se alimenta na Palavra de Deus (DV), é essencialmente eclesial, comunitária e missionária (AG), comportando a comunhão universal e a santidade na Igreja como mistério de comunhão, aberta ao mundo e a história (GS). A renovação conciliar destaca a importância do componente litúrgico na formação da vida espiritual e em sua relação com o mundo.

A *Sacrossantum Concilium* representa uma mudança em relação à espiritualidade. A renovação se expressa na orientação para a santificação e o culto divino que deve ser vivido no ritmo das celebrações litúrgicas e aberto à vida concreta (SC, 10), na oração pessoal e ascese, na religiosidade e na piedade popular (SC, 14).

Com o Vaticano II ocorreu um significativo aumento da presença ativa na Liturgia, sobretudo quanto à participação interior e espiritual dos fiéis, na viva e frutuosa atuação no mistério pascal de Jesus Cristo (SC, n. 11). Com a renovação litúrgica, a Igreja reencontrou de modo mais explícito e pastoral na Liturgia a fonte indispensável da vida cristã (Pio X), ao final de um longo período (séculos) em que a eficácia da celebração dos mistérios salvíficos havia sido parcialmente dificultada por graves carências (teológicas e pastorais) que impediam a plena compreensão do mistério por parte dos fiéis e a adequada participação da Liturgia.

A vida cristã como um convite para entrar em relação pessoal com Deus, que abarca e transforma toda a vida cristã, é assim considerada uma vida litúrgica. Portanto toda a espiritualidade é sempre litúrgica. Por isso que a Liturgia é considerada fonte e ápice da vida cristã (SC, n. 10). A Constituição *Sacrossanctum Concilium* ressalta que a vida dos fiéis (neste caso todos inclusive os ordenados) deve haurir da liturgia toda a sua força e se prolongar na vida cotidiana.

A Liturgia é vida espiritual do mesmo modo que a vida deve se guiar por uma espiritualidade litúrgica. Embora a Liturgia não esgote a vida espiritual dos fiéis, "toda a sua espiritualidade nasce da Sagrada Liturgia".

A conclusão é simples: não se pode falar de espiritualidade, inclusive laical, sem falar da Liturgia e de vida cotidiana. Nesse sentido exorta o papa Francisco em recente carta sobre a formação litúrgica

Redescobrir a cada dia a beleza da verdade da celebração cristã. Devemos, porém, estar atentos: para que o antídoto da Liturgia seja eficaz é- nos pedido em cada dia redescubramos a beleza da verdade da celebração cristã. Refiro-me, mais uma vez, ao seu sentido teológico, tal como o n. 7 da *Sacrosanctum Concilium* [...]

A continua redescoberta da beleza da Liturgia não é a procura de um esteticismo ritual que compraz apenas no cuidado da formalidade exterior de um rito ou se satisfaz com uma escrupulosa observância rubrical. Obviamente esta afirmação não quer de modo algum aprovar a atitude oposta que confunda a simplicidade com a banalidade rasteira, a essencialidade com uma superficialidade ignorante, a concreção do agir ritual com um funcionalismo prático (DD, n. 22).

CONCLUSÃO

A Liturgia, como lugar do encontro com Cristo, é considerada a primeira e indispensável fonte da espiritualidade cristã em todas as suas modalidades. A partir desse pressuposto emerge a questão: "como crescer na capacidade de viver em plenitude a ação litúrgica?" (cf. DD, n. 31).

Sobretudo pensando desde a perspectiva dos fiéis cristãos leigos, 'Igreja na entranha do mundo', na maioria com pouca ou quase nenhuma formação litúrgica, e a partir das considerações realizadas é possível propor alguns pontos para reflexão e discernimento.

Primeiramente ressaltar a importância do *conhecimento de que a liturgia é a fonte principal da espiritualidade laical*, não se pode viver uma autêntica espiritualidade cristã sem falar em Liturgia. Para os ministros ordenados – que vivem para a liturgia- é mais evidente que devam se nutrir do culto divino do que para os fiéis leigos.

Para o fiel cristão Deus não é só uma pessoa, mas é pessoal por excelência e é sobre essa realidade que se desenvolve sua espiritualidade como vida litúrgica, pois o principal encontro com Cristo se dá na Liturgia. *A liturgia faz presente o mistério de Deus, a liturgia é obra de Deus*. Ele está sempre presente na sua Igreja, sobretudo nas ações litúrgicas, presente na pessoa dos ministros, presente nos sacramentos, presente pela sua palavra, e está presente finalmente quando a Igreja ora e salmodia, pois prometeu "Onde dois ou mais estiverem reunidos em meu nome, aí estarei em meio deles" (SC, n.7). O viver cristão tem de impregnar-se da Liturgia, será que os leigos tem essa consciência? Observa-se, em nossos dias, a separação entre fé e vida eclesial.

O grande desafio é justamente percorrer o caminho apresentado pela Constituição Sacrosanctum Concilium (SC, n.14) qual seja: promover uma educação litúrgica permanente, para participação ativa e disposições pessoais para que 'sintonizem a sua alma com as palavras e cooperem com a graça do alto (SC, n. 11). O meio é a formação litúrgica e o objetivo é a participação litúrgica de todo o Povo de Deus para à plena participação – não só passar pela liturgia, mas vivê-la. Os Bispos devem ser os primeiros mestres e devem ser imbuídos do espírito e da virtude

da Liturgia. Primeiro lugar esta a formação litúrgica do clero. Conhecer, viver e ensinar.

Entretanto existe um perigo, como observa Romano Guardini, “quem ama a liturgia certamente se alegra a cada tentativa de desvendar seus tesouros. Porém, diante de algumas iniciativas, temos de concordar que só é útil à Liturgia aquilo que procede do seu núcleo e da sua essência.” (GUARDINI, 2023, p. 288).

Por isso a importância de uma *formação litúrgica permanente*. A formação deve ser contínua, em outras palavras, constantemente tomar consciência com alma nova dos tesouros da fé. Se a plenitude da formação cristã é a conformação com Cristo que lugar melhor senão pela Liturgia que é lugar do encontro com o Senhor? Tendo em vista que “a formação litúrgica não é algo que se possa pensar adquirir de uma vez por todas: dado que o dom do mistério celebrado supera a nossa capacidade de conhecimento” (DD, n. 38), pois “não se trata apenas de um processo mental abstrato, mas de chegar a ser como Ele” (DD, n. 41).

Na formação é preciso estar presente tanto a dimensão mística quanto a antropológica, frente à realidade da secularização da teologia não se pode perder a dimensão espiritual e mística. A chave, diz o Papa Francisco, é educar as pessoas para entrar no espírito da Liturgia. O cristão com a graça recebida deve procurar progredir em espiritualidade, em uma vida segundo o Espírito para não perder por negligência ou imprudência o bem que recebeu no Batismo. Aos leigos cabe igualmente viver da Liturgia de tal modo que possam alimentar a vida cotidiana.

Em suma *não se pode considerar a espiritualidade sem falar de liturgia e vida cotidiana*. A liturgia deveria ser o alimento para a vida cotidiana. E a reta compreensão da doutrina como um todo se revela sempre e de novo como o ponto crucial da existência cristã (DE CARLI, 2022, p. 288).

O fiel cristão leigo precisa conhecer para experimentar o verdadeiro sentido da Liturgia através da vivência da espiritualidade a que está chamado para que a vida espiritual seja vivida e não problematizada em um tempo em que o amor urge nos corações e na sociedade.

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA. Português. A Bíblia de Jerusalém. Nova edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2002.
- BINGEMER, Maria Clara. Espiritualidade. In: PASSOS, Décio João; SANCHEZ, Wagner Lopes. Dicionário do Concílio Vaticano II, São Paulo: Paulus, 2015.
- BOSCH, Vicente. *Santificar el mundo desde dentro: curso de espiritualidad laical*. Madri: BAC, 2017.
- BRUGNOLI, Pietro. *La spiritualità del Laici*. 4. ed. Brescia: Morcelliana, 1971.
- DE CARLI, Vitoria B. Andreatta. *A espiritualidade laical e sua índole secular à luz do Concílio Vaticano II: a santidade no cotidiano*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2022.
- FRANCISCO. *Carta Apostólica Desiderio desideravi*: sobre a formação litúrgica do Povo de Deus. Roma, 29 jun. 2022. Disponível em :https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/20220629-lettera-ap-desiderio-desideravi.html. Acesso em 14 de out. 2023.
- GARCIA, Ciro. *Teologia Espiritual Contemporânea: corrientes e perspectivas*. Burgos: Monte Carmelo, 2002.
- GUARDINI, Romano. *Formação Litúrgica*. Curitiba: Carpintaria, 2023.
- MARTI, Pablo. *La espiritualidade cristiana en el Concilio Vaticano II*. Scripta Theologica, Navarra, v. 45, p. 422-423, abr. 2013.
- MATANIC, Atanasio. *Espiritualid*. In: ANCILLI, Ermanno. Diccionario de Espiritualidad. Barcelona: Herder, 1987. p. 12-14.
- MATANIC, Atanasio. *La spiritualità come scienza: introduzione metodologica allo studio della vita spirituale cristiana*. Milano: EdizioniPaolini, 1990.
- KASPER, Walter. *A Igreja Católica: essência, realidade, missão*. São Leopoldo: UNISINOS, 2012.
- KASPER, Walter. *Vocacion y mision de los laicos en la Iglesia y en el mundo*. Disponível em: https://seleccionesdeteologia.net/selecciones/llib/vol28/110/110_kasper.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.
- RAHNER, Karl. *O Vaticano II: um começo de renovação*. São Paulo: Herder, 1966.

RAHNER, Karl. *Espiritualidad antigua y actual*. In: RAHNER, Karl. Escritos de Teología. t. 7, Salamanca: Taurus Ediciones, 1969, p. 13-35.

ROYO MARÍN, Antonio. *Espiritualidad de los Seglares*. Madrid: BAC, 1967.

THILS, Gustave. *Santidad cristiana: compendio de teología ascética*. Salamanca: Sígame, 1960.

WEISMAYER, Josef. *Vida Cristiana em Plenitud*. Madrid: Promoción Popular Cristiana, 1990.

CAPÍTULO VII¹

A IGREJA, IMAGEM DA IGREJA TERRENA PEREGRINA NA TERRA E DA IGREJA HABITANTE NOS CÉUS

THE CHURCH, IMAGE OF THE EARTHLY PILGRIM CHURCH ON EARTH AND THE INHABITING CHURCH IN HEAVEN

Raquel Tonini Rosenberg Schneider²

INTRODUÇÃO

“Sinal e símbolo das realidades celestes” (RDIA, II, I, 3) e imagem da assembleia celebrante (IGMR, n. 294), reunida ao redor do altar, a igreja *de pedra* é moldada pela Liturgia. Encontra assim, a partir dessa afirmação, os critérios e fundamentos da sua projeção – em vista da construção ou adequação litúrgica dos seus espaços –, nas Sagradas Escrituras, na Sagrada Tradição e no Magistério da Igreja.

Fundamentos esses que, presentes no edifício eclesial, são expressos por meio de uma linguagem apropriada, a linguagem simbólica. Entretanto, tendo em vista o esquecimento ou até mesmo a negação do símbolo e sua linguagem, por parte do homem moderno, urge um caminho de sua redescoberta, como afirma o Papa Francisco na Carta Apostólica *Desiderio Desideravi*. Essa necessidade diz respeito a todos, tratando de uma tarefa árdua, pois “o homem moderno se tornou analfabeto” (DD, n. 44) em relação à experiência simbólica. Para além de aquisição de conhecimento, mental ou conceitual, trata-se de uma experiência vital (DD, n. 45).

Apta à celebração litúrgica, *simbólica* e *bela*, define com precisão os critérios basilares para a projeção da igreja *de pedra* que unidos a outros textos, da Sagrada Escritura, Sagrada Tradição e Magistério da Igreja, oferecem um caminho também de formação que, nas palavras do papa, sua necessidade é vital e urgente (DD, n. 31).

¹ DOI – <https://doi.org/10.36592/9786554601184-07>

² Arquiteta Especialista em Espaço Celebrativo-Litúrgico e Arte Sacra (ITESC-FAJE). Aluna do Pontifício Instituto Litúrgico de Roma, no Master *Arte per il Culto*. Mestra em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Contato: raqueltoninischneider@gmail.com

Aqui não há espaço para improvisos, pois está em jogo a vida da Igreja, considerando que o processo formativo tem como fim “a conformação com Cristo” (DD, n. 41), o “mais belo dos filhos dos homens (Sl 45(44),3).

1. FUNDAMENTOS

Aqueles que se encontram com o Belo, Crucificado Ressuscitado – o Vivente, Cristo Senhor, assumem a vida, em sua peregrinação na terra, em contínua transformação. Atraídos por esse encontro com o Deus da Vida, por mais de dois milênios, o Povo de Deus tem louvado e bendito a Deus – *Santo, Santo, Santo, Senhor Deus do Universo* –, confiado a Ele suas angústias e necessidades por meio de súplicas e preces, silenciado diante de sua presença, reverenciado sua ação salvífica. A ação litúrgica que a assembleia celebra presidida por Cristo, pelo Espírito Santo, ao Pai, faz memória e torna presente e atual o Mistério Pascal de Cristo. Os que participam dessa ação amorosa, desse encontro que vivifica, tendo recebido a graça de crer, expressam por meio de gestos e palavras, sinais e símbolos, sua relação fecunda com o Senhor, Jesus Cristo.

Por sua morte e ressurreição, Cristo tornou-se o verdadeiro e perfeito templo da Nova Aliança, e reuniu o povo adquirido. Esse povo santo, reunido pela unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo, é a Igreja, ou templo de Deus, construído de pedras vivas, onde o Pai é adorado em espírito e verdade. Com muita razão, desde a antiguidade deu-se o nome de ‘igreja’ também ao edifício no qual a comunidade cristã se reúne, a fim de ouvir a palavra de Deus, rezar em comum, frequentar os sacramentos, celebrar a Eucaristia (RDIA, II, n. 1).

Como afirma a Constituição do Concílio Vaticano II sobre a Sagrada Liturgia, “a liturgia é o cume para o qual tende toda a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de que promana sua força” (SC, n. 10). Cristo é, assim, o Grande Templo e, desse modo, pede ainda o Concílio que os espaços destinados às celebrações litúrgicas favoreçam ou melhor, promovam aos fiéis, pela sua própria natureza e identidade,

uma "participação da liturgia de maneira ativa e frutuosa, sabendo o que estão fazendo" (SC, n. 11).

A Liturgia que a Igreja celebra é, portanto, o molde da igreja *de pedra*. Casa de Deus (LG, n. 6) e casa do povo de Deus, "Por ser edifício visível, [...] aparece como sinal peculiar da Igreja peregrina na terra e imagem da Igreja habitante nos céus" (RDIA, II, n. 1) e, assim, "faz vislumbrar o mistério da Igreja, que Cristo santificou com seu sangue, para apresentá-la a si mesmo qual esposa gloriosa, virgem deslumbrante pela integridade da fé, mãe fecunda pela virtude do espírito" (RDIA, II, III, n. 62). E ainda, o Ritual de Dedicção de igreja, reafirmando o que ensina a IGMR em seu número 294, instrui que, "A disposição geral do edifício deve manifestar de algum modo a imagem do povo reunido e permitir uma ordem inteligente, bem como a possibilidade de se exercerem com decoro os diversos ministérios" (RDIA, II, n. 3).

Essas breves citações iniciais já se mostram suficientes para provocar uma reflexão a respeito da natureza e dignidade dos espaços de culto cristão. Os textos conduzem o leitor atento a ingressar na dinâmica do símbolo, pois a linguagem que expressa a dignidade, a natureza e identidade desse edifício indica algo muito maior do que os olhos podem ver, e entretanto, ao ver com os olhos da fé, o que se vê conduz a uma *experiência* sempre nova, dinâmica e transformadora. Trata-se da linguagem simbólica. A esse respeito Henri Corbin escreve que

O símbolo anuncia um plano de consciência distinto da evidência racional: É a cifra de um mistério, o único modo de dizer o que não pode ser captado de outro modo; não é nunca explicado de uma vez por todas, senão que sempre necessita ser decifrado, da mesma maneira que uma partitura musical, que não é nunca decifrada definitivamente, mas convida à uma execução sempre nova (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2018, Introdução, IX, tradução nossa).

E, justamente por meio do símbolo e da sua linguagem, São Máximo, o Confessor (†662) – ao indagar sobre "o motivo e o modo como Igreja de Deus é a imagem do mundo, o qual consiste em substâncias visíveis e invisíveis" (MÁXIMO, 2004, Mistagogia II, tradução nossa) –, pode explicar que se o que não é visível é visto "por meio das coisas visíveis, muito mais as coisas visíveis serão

compreendidas mediante as coisas invisíveis [...]. Pois a contemplação simbólica das coisas inteligíveis por meio das visíveis é ciência espiritual e concepção das coisas visíveis por meio do invisível" (MÁXIMO, 2004, *Mistagogia II*, tradução nossa). O símbolo é anúncio de algo, vestígio do que não se vê nem se encontrou ainda, mas que se espera confiante encontrar, porque sabe-se ser verdadeiro, é memorial de um pacto e assim, é também, direcionador, capaz de conduzir o expectador a *ver e experimentar* a presença do Invisível, Inefável, Inominável.

Aquele que está para além de tudo e que está no meio de nós, como rezamos nos salmos e afirmamos na liturgia, ainda segundo a simbologia tradicional, é o centro absoluto de todas as coisas, de onde tudo tem origem e para onde tudo converge e, desse modo, é representado pelo ponto. A partir dele, a primeira forma que surge, pela sua irradiação, é o círculo ou a esfera e, pela sua proximidade com o ponto originário, são símbolo do céu, de onde se tem a abertura para a morada do Altíssimo. O sagrado se manifesta na história em um ponto na terra e, a ligação entre o ponto celeste e sua projeção especular na terra, dá origem ao *Axis Mundi*. A terra, orientada pelos movimentos dos astros no céu, responsáveis pela marcação do tempo, tem seu centro no ponto fixo descoberto na abóboda celeste. A vida é centrada e orientada, segundo os quatro momentos decisivos de virada de tempo – os solstícios e equinócios –, e as quatro direções experimentadas pelo ser humano ao se colocar diante do sol nascente, tendo o poente atrás de si e o norte e sul em suas laterais. A vida humana se desenvolve a partir de dois movimentos, em busca do centro e segundo a orientação que sua própria corporeidade estabelece, um movimento horizontal – o caminho da vida terrena, a escuta da Palavra que rege o caminho, para uma resposta de adesão à proposta, na obediência da fé – e um movimento vertical – de descida e subida, que Cristo faz por nós, em nós e conosco e que manifesta o desejo de eternidade do homem-mulher. Por fim, coincidente ao *Axis Mundi*, unindo esse eixo vertical ao movimento horizontal orientado de modo quadrilateral, surge a cruz, que antecedendo o quadrado, é quem une céu e terra. O ponto, o círculo, a cruz e o quadrado constituem assim, os símbolos fundamentais segundo a linguagem simbólica (CHAMPEAUX; STERCKX, 1997, p. 25-113). O espaço litúrgico, enquanto imagem da Igreja e da própria vida do homem-mulher –

simbólico, microcosmo e religioso por natureza –, deve expressar toda esta dinâmica.

Habitante nos céus e peregrina da terra, moldada pela Liturgia, são, desse modo, características que revelam a natureza e identidade da Igreja e fundam os critérios para a organização e distribuição dos espaços nos quais se reúne como assembleia celebrante. Essa igreja *de pedra*, imagem da Igreja, é, portanto, um microcosmo, uma imagem reduzida do Cosmo, um pequeno Universo.

2. IMAGEM DA IGREJA HABITANTE NOS CÉUS

Esse é o modelo "*mostrado na montanha*" (Hb 8,5), que orientou Moisés na construção da Tenda. Mas, que modelo é esse? A Liturgia molda o edifício eclesial, revelando o caráter mistagógico dessa construção que é sinal e símbolo de duas realidades unidas – a realidade histórica, da vida que se desenvolve no tempo e no espaço, e a realidade espiritual, atemporal –, aplicadas ao rito cristão e manifestadas pelo espaço litúrgico.

A aliança estabelecida no AT entre o Deus e seu povo – traduzida pela bela imagem da união nupcial –, deu lugar a uma nova e definitiva aliança, agora entre Cristo e a Igreja, da qual Ele é o mediador (Hb 9,15). É, também, Caminho e Porta da salvação, o "(...) sacerdote que se *assentou* à direita do trono da Majestade nos céus. [...] ministro do Santuário e da Tenda, a verdadeira, *armada pelo Senhor*, e não por homem. [...]" (Hb 8, 1-2). Desse modo, "As núpcias do Cordeiro simbolizam o estabelecimento do Reino celeste. É Cristo o Esposo da Igreja (Ef 5, 23-32). As núpcias são a realização perfeita da Aliança, que são esperadas para o fim dos tempos (Mt 22, 2; 25, 1-13)"³, na Jerusalém celeste, a Cidade Santa que, segundo a descrição encontrada no livro do Apocalipse, "descia do céu, de junto de Deus, com a glória de Deus. Seu esplendor é como de uma pedra preciosíssima [...]. A cidade é quadrada: o comprimento é igual à largura. [...]. O comprimento, largura e altura são iguais" (Ap 22,9-16). É, justamente na vida sacramental – vivenciada na igreja de

³ SCHMIDT, Gerson. *A esponsalidade de Cristo com a Igreja no Apocalipse de São João*. In: Vatican News. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2021-08/esponsalidade-de-cristo-com-igreja-apocalipse-sao-joao-pe-gerson.html>. Acesso em: 05 out. 2023.

pedra, com a celebração da liturgia –, que as núpcias entre Cristo e a Igreja têm continuidade, na espera confiante da consumação na parusia. Pela liturgia, a Igreja terrena, de certo modo, antecipa a liturgia do céu, “que se celebra na cidade santa, a Jerusalém para a qual caminhamos, em que Cristo, sentado à direita do Pai, é como que o ministro das coisas santas e do verdadeiro tabernáculo” (SC, n. 8). A Igreja vive assim, pela fé, o *já* e o *ainda não* da esperança cristã.

O Eterno entrou na história e a *igreja* de pedra é sinal e símbolo dessa manifestação de Deus no mundo. Os critérios e fundamentos para a construção do templo cristão, desse modo, atendendo a todas as legislações civis vigentes, têm sua origem no céu e são expressão, na terra, da realidade em que vive a Igreja enquanto peregrina ciente de que sua morada é a eternidade.

3. IMAGEM DA IGREJA TERRENA PEREGRINA NA TERRA

O Ritual de Dedicção prescreve, a respeito da disposição geral do edifício, que este reproduza a imagem da assembleia congregada, favoreça um ordenamento inteligente, assim como o exercício dos ministérios de forma digna (RDIA, II, n. 3). Por sua vez, a Igreja no Brasil, ao tratar da vida litúrgica, apresenta orientações precisas no que diz respeito aos seus espaços de celebração, afirmando que “A igreja-edifício deve ser funcional e significativa, favorecendo, através de configuração e distribuição dos dois espaços fundamentais, tanto a execução da ação litúrgica quanto a participação ativa dos fiéis” (CNBB Doc. 43, 1989, n. 142).

Essas duas citações apresentam várias indicações importantes, no que tange à natureza do templo cristão, enquanto imagem da Igreja terrena peregrina na terra. Uma vez que o edifício eclesial é um microcosmo, esse manifesta a imagem do cosmo e da assembleia reunida. Sua estrutura, desse modo, a partir da própria Liturgia, é bipartida, não simplesmente separada em duas partes, mas em profunda continuidade e expressão de uma única ação. *Dois espaços fundamentais*, o do céu e o da terra. Como explicou São Máximo, a santa Igreja de Deus é também a imagem do único mundo sensível, ela “é o símbolo em si só do mundo sensível, como aquele que inclui o céu, santuário divino, e a terra, ornamento agregado do templo. Da

mesma forma, o mundo também é uma igreja, que tem o céu, como um santuário, e a beleza da terra, semelhante ao templo (nave)" (MÁXIMO, 2004, Mistagogia III).

Dessa maneira, no *espaço da terra* tem-se o lugar da Palavra, com a presença do ambão, de onde, pela dignidade da Palavra de Deus, seja esse "um lugar condigno de onde possa ser anunciada e para onde se volte espontaneamente a atenção dos fiéis no momento da liturgia da Palavra" (IGMR, n. 309). No *espaço do Céu*, a zona do altar deve ocupar "um lugar que seja de fato o centro para onde espontaneamente a atenção de toda a assembleia dos fiéis (IGMR, n. 299), ainda que não seja o centro físico daquele espaço. A *ordem inteligente*, por sua vez, expressa uma funcionalidade que, ao contrário de qualquer entendimento relacionado a uma praticidade, refere-se ao desenvolvimento da ação litúrgica de modo a promover a participação ativa da assembleia celebrante assim como o exercício dos diversos ministérios com dignidade, o que implica uma funcionalidade litúrgica. A *linguagem simbólica*, no que lhe concerne, é dada pela redescoberta dos símbolos tradicionais e não, enquanto fruto de uma criatividade fantasiosa ou desprovida de regras, tendo em vista que não se inventa ou se cria o símbolo. Em direção semelhante, os critérios de *beleza* não estão relacionados a gostos, mas a princípios de verdade, bondade e unidade.

É na vida sacramental que se recorda e se renova as núpcias entre o Cristo e a Igreja. Desse modo, o Batismo marca o ingresso para a festa nupcial, é a "porta da vida e do Reino" (RICA, I, n. 3), o "banho com água, unido à palavra da vida, que [...] lava os seres humanos de toda culpa, tanto original como pessoa e os torna 'participantes da natureza divina' e 'da adoção de filhos'" (RICA, I, n. 5). Por conseguinte, o que o Batismo oferece de modo sacramental, a porta da igreja *de pedra* o faz simbolicamente. É lugar de passagem, de um ingresso com Cristo, porta das ovelhas (Jo 10,9).

No rito de dedicação alguns autores observam a analogia entre o templo vivo, o altar vivo que é a pessoa humana e o templo de pedra e o altar de pedra. Assim como a pessoa humana é progressivamente dedicada ao templo vivo e ao altar de Deus por meio da iniciação cristã, que começa com a lavagem [...] continua com o sacramento da confirmação e atinge a perfeição na Eucaristia, assim, à sua imagem, o templo de pedra e o altar de pedra são dedicados a Deus com uma

seqüência ritual semelhante, que começa com a aspersão da água evocando o batismo, continua com a oração consagratória e a crisma do altar e das paredes e se aperfeiçoa com a celebração da Eucaristia" (FERRARO, 2004, p. 14-15, tradução nossa).

Assim, como cada fiel ingressa no Corpo de Cristo – a Igreja –, pelos sacramentos da iniciação cristã, a igreja *de pedra* é também iniciada. Dessa forma, banhada, ungida e devidamente preparada para a eucaristia, é – por meio das suas formas, imagens, cores e materiais –, imagem, sinal e símbolo, que fala por si mesmo, que conduz o fiel e, por isso, "A maneira como construímos as nossas igrejas constituirá a manifestação, por excelência, da qualidade da nossa vida eclesial, da nossa vida de comunhão no corpo de Cristo" (BOYER, 1994, p. 12, tradução nossa). Essa afirmação implica uma grande responsabilidade pastoral, que alcança a todos e insere o tema da formação.

CONCLUSÃO

O Concílio Vaticano II, assumindo a Reforma Litúrgica, "determinou uma mudança radical no significado da liturgia na vida dos cristãos, intervindo com uma renovação da estrutura da ritualidade e exigindo a estreita e necessária correlação entre a dinâmica litúrgica e a configuração arquitetônica" (CNBB, Estudo 113, 2021). A identidade da igreja *de pedra*, imagem da Igreja habitante nos céus e da Igreja peregrina na terra, é definida justamente pela ação litúrgica, "a qual implica a reunião dos fiéis, que são as pedras vivas do templo (SCa, n. 35). Moldado pela liturgia, esse espaço é mistagógico.

De modo bastante sucinto, os fundamentos e critérios ora apresentados, norteadores da projeção da igreja *de pedra*, seja para a construção de novos espaços, seja para a adequação litúrgica de espaços existentes, iluminam ainda o tema da Mistagogia do edifício eclesial. Ao mesmo tempo, revelam questões muito importantes. "[...] como crescer na capacidade de viver em plenitude a ação litúrgica? Como continuar a surpreendermo-nos com o que acontece na celebração diante dos

nossos olhos? Precisamos de uma séria e vital formação litúrgica" (DD, n. 31), são algumas das questões levantadas pelo Papa Francisco e que nos interpelam.

Desafiante, o caminho é belo e exigente, pois requer "a formação à Liturgia e [...] a partir da Liturgia" (DD, n. 34). Essa dinâmica formativa da assembleia celebrante, assim como dos presbíteros e candidatos ao presbitério, é necessária e urgente. Entretanto, faz-se também imprescindível e inadiável a formação específica dos profissionais que atuam nos projetos arquitetônico-litúrgico-iconográficos das igrejas, dos que executam as mais variadas etapas da obra, das equipes responsáveis pela manutenção posterior da edificação e, ainda, de todos os que manifestarem interesse. O percurso favorece a qualidade dos espaços celebrativos, a fim de que sejam segundo sua natureza, realmente dignos, que visem a nobre simplicidade e, adequados à liturgia, permitam a participação plena, ativa e frutuosa da assembleia que celebra com alegria e esperança, sua fé no Deus Vivo e Verdadeiro.

SIGLAS E ABREVIATURAS

CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DD	Carta Apostólica <i>Desiderio Desideravi</i> , Papa Francisco
IGMR	Introdução Geral ao Missal Romano
LG	Constituição Dogmática <i>Lumen Gentium</i> do Concílio Vaticano II
RICA	Ritual da Iniciação Cristã de Adultos
RDIA	Ritual da Dedicção de Igreja e de Altar
SC	Constituição <i>Sacrosanctum Concilium</i> do Concílio Vaticano II
SCa	Exortação Apostólica Pós-Sinodal <i>Sacramentum Caritatis</i> , Papa Bento XVI

REFERÊNCIAS

BENTO XVI, Papa. *Sacramentum Caritatis*. Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Eucaristia, fonte e ápice da vida e da missão da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2007.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2003.

BOYER, Louis. *Architetuttura e Liturgia*. Paris: Les Éditions du CERF, 1967 e 1991; Comunità di Bose: Edizioni Qiqajon, 1994.

CHAMPEAUX, Gérard; STERCKX, Sébastien. *I simboli dell medioevo*. 5.ed. Milano: Jaca Book, 1997.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dizionario dei simboli: miti, sogni, costumi,gesti, forme, figure, colori, numeri*. 14.ed. Milano: BUR Saggi, 2018.

CONCÍLIO VATICANO II. *Lumem Gentium: constituição dogmática sobre a Igreja*. 19 ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

CONCÍLIO VATICANO II. *Sacrosanctum Concilium: constituição sobre a Sagrada Liturgia*. São Paulo: Paulinas, 2002.

CNBB, Documento 43. *Animação da Vida Litúrgica no Brasil*. Elementos de Pastoral Litúrgica. São Paulo: Paulinas, 1989.

COMISSÃO DE LITURGIA DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL BRASILEIRA CNBB – Setor Espaço Litúrgico. Orientações para projeto e construção de igrejas e disposição do espaço celebrativo. Estudos CNBB 106. Brasília: Edições CNBB, 2013.

COMISSÃO DE LITURGIA DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL BRASILEIRA CNBB – Setor Espaço Litúrgico. Orientações para adequação litúrgica, restauração e conservação das igrejas. Estudos CNBB 113. Brasília: Edições CNBB, 2021.

FERRARO, Giuseppe. *Cristo è l'altare: liturgia di dedicazione della chiesa e dell'altare*. Roma: Edizioni OCD, 2004.

INSTRUÇÃO GERAL DO MISSAL ROMANO E INTRODUÇÃO AO LECIONÁRIO. Texto Oficial, 5.ed. Brasília: Edições CNBB, 2014.

MÁXIMO, o Confessor. A mistagogia. In: CANTARELLA, Raffaella (Ed.). *S. MASSIMO CONFESSORE: la mistagogia ed altri scritti*. Firenze: Librerie Editrice Fiorentina, 2004 (Testi Cristiani).

MONTEIRO, Ruberval. Os dois espaços celebrativos nos primeiros séculos da era cristã. Tear Online. v.1, n. 1, p. 40-43, jan.-jun. 2012. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/tear/article/view/335/319>.

RITUAL da Iniciação Cristã de Adultos. São Paulo: Paulus, 2016

RITUAL da Dedicção de Igreja e de Altar. São Paulo: Paulus, 2000.

RICHTER, Klemens. *Espaços de igrejas e imagens de Igreja*. O significado do espaço litúrgico para uma comunidade viva. Coimbra: Gráfica de Coimbra 2, 2005.

RITUAL de Bênçãos. 8.ed. São Paulo: Paulus, 2011.

